OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

2026

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
LORDELO DO OURO E MASSARELOS

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026

APROVADO

PELA JUNTA DE FREGUESIA	PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
As Opções do Plano e Orçamento, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelos membros do executivo que abaixo assinam	As Opções do Plano e Orçamento, foi presente e aprovado por maioria/unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina
Em reunião de	**Em sessão de**
10/ dezembro/2026	___/_____/____

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nas Opções do Plano e o Orçamento, pelo que do ponto de vista técnico o documento encontra-se em condições de ser votado. Mais informamos que estaremos à disposição dos elementos da assembleia, caso o desejem, para o esclarecimento de dúvidas de caráter técnico. Para tal podem contatar os nossos serviços por: mail (geral@lusaconta.pt), telefone (239 918 650) ou telemóvel (963 000 963).

O Contabilista Público

Índice

INTRODUÇÃO 5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL 8
MISSÃO 8
VISÃO 8
VALORES 9
PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL 9
OBJETIVOS ESTRATEGICOS 10
ESTRATEGICAS 11
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS 13
COMUNICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL 14
EDUCAÇÃO E JUVENTUDE 15
AÇÃO SOCIAL 16
SAÚDE 19
CULTURA 20
DESPORTO E ASSOCIATIVISMO 22
POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E PROXIMIDADE 23
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO 24
HABITAÇÃO E SEGURANÇA 25
AMBIENTE 27
PATRIMONIO, INFRAESTRUTURAS E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS 28
Património 28
Cemitério de Lordelo do Ouro 28
Outros equipamentos 28
Infraestruturas e Conservação de Espaços Públicos 29
DIREITO DE OPOSIÇÃO – Lei nº.24/98 30
SUGESTÕES DO CHEGA (Partido CHEGA) 30
SUGESTÕES DO LIVRE 32
SUGESTÕES DA CDU (Coligação Democrática Unitária PCP-PEV) 34
ORÇAMENTO 40
Nota Prévia 40
Normas Regulamentares da Execução do Orçamento 43
Nota de Enquadramento 55
Enquadramento Macroeconómico 56
Orçamento SNC-AP 57

Recursos Financeiros 60
Previsão das Receitas 63
Receitas Correntes 64
Receitas de Capital 69
Previsão das Despesas 71
As Unidades Orgânicas 72
Despesas Correntes 73
Despesas de Capital 89
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS 90
Balanço Previsional 91
Demonstração de Resultados Previsional 92
Demonstração de Fluxo de Caixa Previsional 93
MAPAS ORÇAMENTAIS 94
Anexo 1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual .....
Anexo 2 Plano Plurianual de Investimentos .....
Anexo 3 Orçamento Receita .....
Anexo 4 Orçamento Despesa .....
Anexo 5 Mapa de Pessoal .....

INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se as **Opções do Plano de Atividades**, o **Orçamento** e o **Plano Plurianual de Investimentos** da União de Freguesias para o ano de 2026. Estes documentos constituem o primeiro instrumento de planeamento e gestão do **novo Executivo**, marcando o início de um novo ciclo estratégico de governação local.

A elaboração deste documento ocorre num momento institucional particularmente relevante: a instalação de um novo Executivo obriga a uma avaliação rigorosa das necessidades do território, da capacidade financeira da Freguesia e das expectativas da comunidade. O ano de 2026 será, por isso, um ano de **transição responsável**, no qual se conjugam três objetivos essenciais:

1. Garantir estabilidade e continuidade dos serviços públicos essenciais

A mudança de Executivo não pode comprometer o normal funcionamento da Freguesia, o apoio diário à população, a execução das competências descentralizadas, o cumprimento de obrigações legais e contratuais, ou o apoio às instituições locais. O Orçamento de 2026 assegura essa estabilidade, garantindo que a transição política decorre de forma responsável e sem impacto negativo na vida dos fregueses.

2. Definir uma nova visão estratégica adaptada aos desafios atuais

O novo Executivo assume o compromisso de reforçar a proximidade, melhorar a qualidade dos serviços, aprofundar o diálogo com instituições e cidadãos e promover uma agenda centrada na coesão social, na valorização do espaço público, na transparência e na modernização administrativa.

O presente Orçamento reflete esta nova orientação, privilegiando áreas como:

- **intervenção social estruturada**, dada a pressão crescente sobre as famílias;
- **educação, juventude e envelhecimento ativo**, como pilares de coesão e desenvolvimento;
- **melhoria do espaço público e das infraestruturas**, como fator de segurança e qualidade de vida;
- **cultura, desporto e associativismo**, como motores de participação cívica;

- **transformação digital e modernização administrativa**, essenciais para um serviço público mais eficiente;
- **governação transparente**, reforçando mecanismos de prestação de contas e controlo interno.

3. Reforçar o rigor financeiro e a gestão responsável dos recursos

Como novo Executivo, importa assegurar uma leitura rigorosa da situação económico-financeira da Freguesia, garantindo sustentabilidade, equilíbrio orçamental e previsibilidade. O Orçamento de 2026 foi construído com prudência, atendendo:

- aos resultados conhecidos de 2024 e 2025;
- aos compromissos assumidos e que vinculam a Freguesia;
- à evolução expectável das receitas próprias e das transferências do Estado;
- ao atual contexto macroeconómico, ainda condicionado por inflação elevada, pressão sobre os custos operacionais e aumento das necessidades sociais.

O presente Orçamento foi construído com prudência, responsabilidade e ambição, tendo em consideração a evolução económica recente, as necessidades priorizadas pelas entidades locais e o compromisso de reforçar a proximidade entre a Junta de Freguesia e os cidadãos. O Executivo assume uma agenda centrada na coesão social, na valorização do espaço público, na modernização dos serviços, na transparência e no reforço das políticas de proximidade, fundamentais num contexto em que as desigualdades sociais persistem e em que as famílias enfrentam encargos acrescidos no seu quotidiano.

Neste contexto, e **no plano financeiro e contabilístico**, importa salientar que o Orçamento para 2026 foi elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O **Artigo 78.º da Lei n.º 82/2023**, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2024), dispensou, a título excecional e transitório, as entidades da administração local da elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no n.º 17 da NCP 1. **Contudo, essa dispensa deixou de vigorar em 2025**, tendo sido restabelecida a **obrigatoriedade** da preparação das Demonstrações Financeiras Previsionais no âmbito do SNC-AP. Assim, e em estrito cumprimento da legislação atualmente em vigor, este Orçamento integra

os respetivos **mapas previsionais** — Balanço Previsional, Demonstração de Resultados Previsional e Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional — permitindo à Assembleia de Freguesia uma análise rigorosa e transparente da situação económico-financeira prospetiva da Freguesia no início deste novo ciclo autárquico.

A visão estratégica para 2026 organiza-se em áreas estruturantes como a Organização Administrativa e Recursos Humanos, Comunicação e Transformação Digital, Educação e Juventude, Ação Social, Saúde, Cultura, Desporto e Associativismo, Empreendedorismo e Inovação, Habitação e Segurança, Ambiente, Património e Infraestruturas Públicas. Estas áreas refletem a prioridade do novo Executivo em reforçar políticas de proximidade, promover o bem-estar das famílias, apoiar as instituições locais, valorizar o território e garantir uma gestão assente na responsabilidade, eficiência e transparência.

Este é, por conseguinte, um documento extenso, tecnicamente rigoroso e politicamente responsável. Representa a visão, os compromissos e as prioridades do novo Executivo, orientado por três princípios fundamentais: **responsabilidade na gestão pública, proximidade às pessoas e ambição na construção de uma Freguesia mais coesa, moderna e inclusiva**. É com este espírito que se apresenta o Orçamento de 2026 à Assembleia de Freguesia e à população, afirmando um compromisso claro com o serviço público, com a sustentabilidade financeira e com o desenvolvimento harmonioso da comunidade.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

MISSÃO

A missão da União de Freguesias consiste em **prestar um serviço público de qualidade, próximo e orientado para as pessoas**, respondendo de forma eficaz às necessidades da população e contribuindo para a melhoria contínua das suas condições de vida. Compete-nos garantir que cada cidadão encontra na Junta um espaço de apoio, confiança e resolução, promovendo políticas que reforcem a coesão social, a inclusão, a dignidade e o bem-estar.

Enquanto órgão autárquico de proximidade, assumimos o compromisso de **gerir com rigor e responsabilidade os recursos públicos**, assegurar a modernização dos serviços, simplificar procedimentos e promover uma administração transparente, eficiente e centrada no interesse público.

A missão da Junta concretiza-se também através da **articulação permanente com instituições locais, regionais e nacionais**, estabelecendo parcerias, protocolos e redes de cooperação que potenciem o desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental da Freguesia. Trabalhamos para um território mais sustentável, harmonioso e preparado para responder aos desafios presentes e futuros, promovendo o desenvolvimento integrado da comunidade e valorizando o papel de cada cidadão na construção de uma Freguesia mais forte, moderna e inclusiva.

VISÃO

A visão da União de Freguesias assenta no propósito de **promover um território mais inclusivo, coeso e sustentável**, onde cada cidadão tenha acesso a melhores condições de vida, oportunidades de desenvolvimento e um ambiente social favorável ao bem-estar coletivo. Pretendemos maximizar e otimizar todos os fatores que contribuam para uma **Freguesia moderna, dinâmica e solidária**, capaz de responder aos desafios sociais, económicos e ambientais do presente e do futuro.

Ambicionamos construir uma Freguesia que valoriza as pessoas, que aposta na proximidade, que reforça a participação cívica e que integra políticas inovadoras de apoio às famílias, de qualificação do espaço público, de sustentabilidade ambiental e de promoção da inclusão social.

Uma Freguesia que se afirma como **referência de governação transparente, eficiente e orientada para resultados**, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso de toda a comunidade.

VALORES

A ação da União de Freguesias assenta num conjunto de valores que orientam a atuação do novo Executivo e definem a forma como servimos a comunidade. Mantemos um firme **compromisso com o cidadão**, colocando as pessoas no centro da ação pública e assegurando respostas eficazes, próximas e adequadas às suas necessidades. A **valorização da componente humana** constitui igualmente um princípio orientador, reconhecendo a importância dos colaboradores, das instituições e de todos os fregueses na construção de uma comunidade mais justa e solidária.

Atuamos com **rigor, integridade e transparência**, princípios que norteiam a gestão dos recursos públicos e garantem a confiança dos cidadãos nas decisões tomadas. Assumimos uma profunda **responsabilidade social**, contribuindo para a redução das desigualdades, o apoio às famílias e o reforço da coesão social da Freguesia. Promovemos ainda a **cidadania e a participação**, incentivando o envolvimento ativo dos fregueses na vida pública e valorizando o diálogo permanente entre a Junta e a comunidade. Por fim, pautamos toda a nossa atuação por princípios de **lealdade e ética pública**, assegurando que cada decisão serve exclusivamente o interesse público e o bem comum.

PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social constitui um eixo fundamental da atuação do novo Executivo, orientando a forma como a Junta de Freguesia **gere os recursos públicos** e se **relaciona com a comunidade**. A Freguesia compromete-se a **cumprir integralmente a legislação e os regulamentos aplicáveis**, bem como as convenções e princípios reconhecidos a nível nacional e internacional, assegurando sempre uma **atuação ética, rigorosa e respeitadora** dos direitos das pessoas. Assume igualmente o compromisso de **proteger e valorizar o ambiente**, promovendo **práticas sustentáveis**, prevenindo a poluição e garantindo uma **gestão eficiente dos recursos naturais**, em consonância com a necessidade de um território mais **equilibrado e resiliente**.

A **transparência e a participação** constituem pilares essenciais, assegurando que a Junta atua de forma **aberta e clara**, permitindo às partes interessadas — cidadãos, instituições e parceiros locais

— o **acesso à informação** e a oportunidade de serem **ouvidas**. Os princípios da responsabilidade social são **integrados no processo de gestão e de tomada de decisão**, garantindo que cada medida adotada contribui para o bem-**estar da comunidade** e para o **desenvolvimento harmonioso do território**.

O Executivo assume ainda a **responsabilidade pelas suas decisões, ações e omissões**, comprometendo-se com a **prestação de contas** e com o reconhecimento das preocupações legítimas da população. A melhoria **contínua** orienta toda a atuação da Freguesia, procurando **manter e elevar os níveis de desempenho** já alcançados no domínio social, promovendo **políticas de proximidade, inclusão, apoio às famílias e combate às desigualdades**. Por fim, a Junta garante a **qualidade e a segurança dos serviços prestados**, assegurando que todas as respostas, nomeadamente nas áreas **social, educativa, alimentar** ou de **apoio comunitário**, são disponibilizadas com elevados padrões de **segurança, eficiência** e **respeito pelos utentes**.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos definidos para 2026 refletem a prioridade do novo Executivo em iniciar um ciclo de governação assente na **responsabilidade**, **proximidade** e **modernização dos serviços públicos**. O primeiro compromisso passa por **reforçar a coesão social** e **apoiar de forma estruturada as famílias**, respondendo às vulnerabilidades existentes e garantindo **inclusão**, **dignidade** e **apoio efetivo** a todos os fregueses. Paralelamente, o Executivo pretende **modernizar a administração**, promovendo a **simplificação de processos**, a **digitalização dos serviços**, a **qualificação dos recursos humanos** e um **atendimento mais eficiente, rápido e orientado para o cidadão**.

A **valorização do espaço público** constitui outro eixo central, assegurando a **manutenção**, **conservação** e **melhoria das infraestruturas e equipamentos**, contribuindo para um território mais **seguro**, **acessível** e **funcional**. No domínio educativo e social, destaca-se o objetivo de **apoiar escolas, estudantes, jovens e população sénior**, promovendo **oportunidades de aprendizagem**, **participação ativa**, **bem-estar** e **envelhecimento ativo**.

O Executivo compromete-se igualmente a fortalecer a **cultura, o desporto e o associativismo**, reconhecendo o seu papel fundamental na **identidade comunitária** e na **participação cívica**. Em paralelo, assume como prioridade promover o **desenvolvimento local**, o **empreendedorismo** e a

inovação, criando condições para dinamizar a economia local e fortalecer o tecido social e institucional da Freguesia.

No plano financeiro, a prioridade passa pela **sustentabilidade**, **rigor orçamental** e **gestão responsável dos recursos públicos**, assegurando equilíbrio a médio prazo e capacidade de resposta às necessidades emergentes. A **proteção ambiental**, a **sustentabilidade energética** e a **promoção de práticas responsáveis** constituem igualmente objetivos determinantes, contribuindo para um território mais resiliente e ambientalmente consciente.

Por fim, o novo Executivo assume como princípio transversal a **transparência**, a **boa governação** e a **ética pública**, garantindo uma atuação baseada na **prestação de contas**, no **cumprimento rigoroso das normas** e na **confiança mútua** entre a Junta de Freguesia, a Assembleia e todos os fregueses.

ESTRATÉGIAS

As estratégias definidas para 2026 orientam a atuação do novo Executivo e traduzem a forma como a Junta de Freguesia pretende concretizar os objetivos estabelecidos para este início de mandato. A prioridade passa por desenvolver uma intervenção pública baseada na **proximidade**, na **eficácia** e na **gestão responsável dos recursos**, respondendo de forma célere e estruturada às necessidades da população. Para tal, o Executivo aposta numa estratégia de **modernização administrativa**, que inclui a **digitalização de processos**, a **simplificação de procedimentos**, a melhoria do **atendimento ao cidadão** e a valorização dos **recursos humanos**, garantindo uma administração mais eficiente e centrada no serviço público.

No domínio social, será adotada uma estratégia de **intervenção integrada**, reforçando o apoio às famílias, promovendo a **inclusão social**, combatendo as **desigualdades** e assegurando respostas de proximidade para os grupos mais vulneráveis. Paralelamente, a Junta desenvolverá ações que valorizem o **espaço público** e as **infraestruturas essenciais**, garantindo a sua manutenção, requalificação e adaptação às necessidades atuais, contribuindo para um território mais **seguro**, **acessível** e **atrativo**.

A promoção da **educação**, da **juventude** e do **envelhecimento ativo** constitui igualmente uma estratégia central, através de parcerias com instituições locais, iniciativas de apoio educativo e programas de participação intergeracional. No plano comunitário, o Executivo pretende

fortalecer a **cultura**, o **desporto** e o **associativismo**, promovendo a coesão social e dinamizando a vida coletiva da Freguesia.

A nível económico e territorial, serão implementadas estratégias de **desenvolvimento local**, incentivando o **empreendedorismo**, a **inovação** e a criação de oportunidades, reforçando a atratividade do território e estimulando a atividade económica. A proteção do **ambiente** e a promoção da **sustentabilidade** assumem igualmente especial relevância, com iniciativas orientadas para a melhoria da limpeza urbana, a eficiência energética e a gestão responsável dos recursos naturais.

Por fim, todas as estratégias assentam em princípios de **transparência**, **boa governação** e **prestação de contas**, reforçando a confiança entre a Junta, a Assembleia e os cidadãos, e garantindo que a atuação pública se pauta pela **integridade**, pela **responsabilidade** e pelo **interesse coletivo**.

A concretização da Missão, Visão, Valores, Objetivos Estratégicos e Estratégias definidas para 2026 materializa-se nos diversos **eixos de atuação** que estruturam este Plano de Atividades. Cada eixo corresponde a um domínio essencial da intervenção da Junta de Freguesia, refletindo as necessidades identificadas no território, as prioridades assumidas pelo novo Executivo e os princípios de responsabilidade social, rigor financeiro e proximidade que orientam todo o mandato.

Os capítulos seguintes desenvolvem, de forma detalhada, as políticas, medidas e ações previstas para cada área de intervenção, permitindo uma leitura clara, estruturada e transparente da atuação da Freguesia em 2026. Estes domínios não são apenas setores administrativos: representam os pilares concretos através dos quais o Executivo pretende promover o bem-estar dos cidadãos, fortalecer a coesão social, modernizar os serviços públicos, valorizar o território e garantir um desenvolvimento sustentável e harmonioso.

Assim, apresentam-se de seguida os **eixos operacionais** que orientam a ação pública para 2026, iniciando-se com a área da **Organização Administrativa e Recursos Humanos**, fundamental para assegurar a capacidade de execução e a qualidade do serviço público prestado à comunidade.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

O atendimento realizado pelos serviços da Junta merece toda atenção, maximizando o potencial das tecnologias disponíveis, provendo os funcionários das competências necessárias para o bom desempenho das suas funções, dando, assim, uma nova dinâmica à nossa missão, que é servir os nossos fregueses.

A eficiência administrativa e o atendimento de qualidade são fundamentais para aproximar a população da Junta de Freguesia. A formação contínua e a informatização dos serviços são prioridades para garantir serviços públicos eficientes, transparentes, com boa comunicação e atendimento ao cidadão.

Para 2026, encontra-se prevista a realização das seguintes ações:

1. Formação contínua, procurando envolver todos os colaboradores, visando sobretudo o reforço das suas competências;
2. Realização de reuniões periódicas com os colaboradores;
3. Análise e tratamento das opiniões, sugestões e eventuais reclamações efetuadas pelos utentes;
4. Continuidade dos Sistemas de Gestão de Qualidade e de Responsabilidade Social implementados na Autarquia;
5. Promoção da Higiene e Segurança no Trabalho;
6. Incremento da parceria existente com várias instituições, no que se refere ao acolhimento de estagiários;

Dando cumprimento ao definido nos arts. 29.º e 31.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e em alinhamento com as linhas estratégicas definidas para 2026, a autarquia elaborou o seu Mapa de Pessoal, tendo como objetivo prosseguir a adequação da estrutura organizacional às necessidades e dimensão dos serviços com vista a melhorar a organização e a gestão pública em ordem ao cumprimento da visão e missão da Junta de Freguesia.

COMUNICAÇÃO, IMAGEM E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Pretendemos prosseguir com uma autarquia organizada, moderna e dotada tecnologicamente, com capacidade para responder com rapidez e de forma eficiente a todos os que dela necessitam ou dependem. Queremos ser transparentes na nossa comunicação, dando visibilidade aos nossos fregueses daquilo que são os eventos, competências e momentos de Lordelo do Ouro e Massarelos, reforçando a identidade da nossa União, identificando e evidenciando os monumentos e tradições, e dando a conhecer os mesmos aos nossos fregueses.

Para melhorar a proximidade da União das Freguesias com os nossos fregueses e a nossa identidade, propomo-nos a apostar na maior presença online e nas redes sociais, para divulgar:

1. as ações da autarquia e criar maior relação e proximidade com os fregueses;
2. editais e publicitação das reuniões públicas do Executivo e da Assembleia de Freguesia, deliberações da Assembleia Municipal etc.;
3. clarificar junto dos nossos fregueses o que são as competências da Junta de Freguesia. Criar um plano de comunicação, divulgar de forma regular, simples e não técnica o que deverá cada freguês fazer para aceder a determinados assuntos da Freguesia, nomeadamente como aceder a habitação social, apoio social, centros de dia, consultas de psicologia, etc.

Pretende-se reformular o nosso website, permitindo uma maior facilidade no acesso a alguns serviços que podem facilmente ser digitalizados (e.g. registo de canídeos, registo em eventos, como passeios, maior facilidade e visibilidade de editais), criando maior flexibilidade e adaptabilidade àquilo que é também a disponibilidade dos nossos fregueses.

A imagem institucional da UFLOM deve modernizar-se sem perder os símbolos e tradições, refletindo inovação, coesão e relevância institucional, com a criação de uma nova identidade visual para todos os canais de comunicação da Junta de Freguesia.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

A educação é um pilar fundamental na sociedade em que vivemos e por isso continuará a ser um dos focos de atuação desta autarquia. A dinamização e a promoção de Projetos Educativos são objetivos estratégicos que nos propomos desenvolver em 2026.

1. Acompanhamento e apoio à atividade educativa da freguesia e aos seus projetos escolares;
2. Manutenção e reforço do apoio às associações de pais;
3. Continuação do apoio às famílias através do Programa "ATL PARA TODOS";
4. Apoio aos Jovens através do Programa "JOVENS COM FUTURO";
5. Disponibilização de recursos humanos às escolas do 1º ciclo da UFLOM, recorrendo ao "Programa Contrato Emprego e Inserção/CEI – IEFP" (com um colaborador por escola, 05 no total);
6. Continuação da execução de pequenas reparações nas escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico;
7. Apoio à realização do Passeio do 4º Ano;
8. Apoio à realização da Festa de Carnaval nas Escolas do 1ºciclo;
9. Comemoração do Dia da Criança;
10. Apoio à visita de estudo à Assembleia da República, com os alunos do 4º. ano das escolas do 1º ciclo;
11. Apoio à realização da Festa de Natal nas escolas do 1º ciclo;
12. Colaboração no Programa "Escola Segura";
13. Promoção da realização de ações de esclarecimento sobre diversos temas da atualidade, tais como: sexualidade, toxicodependência, igualdade de género, suicídio, alimentação saudável, entre outros;
14. Reforço da estratégia e das políticas de juventude;

No cumprimento das suas obrigações decorrentes da Lei e no âmbito das competências delegadas, assegurar as obrigações decorrentes da gestão escolar, nomeadamente o apoio financeiro às escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, destinado às despesas de funcionamento, expediente, limpeza e higiene.

AÇÃO SOCIAL

A proteção social destinada às famílias e comunidade, constitui uma componente fundamental do desenvolvimento humano, a qual queremos privilegiar, apoiando as famílias que vivem dificuldades decorrentes de desemprego ou doença. Promover uma comunidade solidária e inclusiva é uma prioridade.

Sendo uma área cuja intervenção se tornará mais vantajosa se assentar num trabalho de parceria, daremos continuidade à colaboração com entidades externas, em prol de respostas e ações sociais concretas.

1. Fundo de Emergência Social – visando minimizar situações de risco de indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade;
2. Apoio a famílias e/ou indivíduos através dos donativos mensais provenientes do banco alimentar contra a fome;
3. Manutenção da parceria com a Polícia de Segurança Pública (Programa Integrado de Policiamento de Proximidade), no que se refere ao acompanhamento dos idosos isolados e sinalizados pelo Gabinete de Ação Social da Autarquia;
4. Programa de Apoio a Pessoas Idosas (PAPI);
5. Reforço da colaboração e da articulação entre as diversas organizações de intervenção social e parceiras ao nível do voluntariado desenvolvido com os grupos mais vulneráveis e com a população sénior;
6. Cedência de equipamento técnico/especializado (camas articuladas, cadeiras de rodas, entre outros tipos de materiais ou equipamentos);
7. Mediação como forma de apoio à população;
8. O atual Gabinete de Psicologia disponibiliza apoio psicológico individual gratuito à comunidade, contribuindo para a promoção do bem-estar, para a prevenção de situações de vulnerabilidade e para o reforço dos serviços de ação social da freguesia. Com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta e garantir um funcionamento tecnicamente robusto, a Junta de Freguesia promoverá parcerias com universidades e instituições de ensino superior, permitindo a colaboração de psicólogos estagiários, a supervisão académica e o desenvolvimento de iniciativas de intervenção comunitária;

9. Campanhas de Sensibilização dos Direitos Individuais - Sessões sobre Violência Doméstica; Sessões de Partilha das Responsabilidades Parentais; Alienação Parental, Igualdade de Género;
10. Reforço das relações com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Universidades, Associações e outras Entidades para estabelecer novas parcerias e de forma a obter resultados cada vez mais céleres e eficazes;
11. Apoio às famílias mais carenciadas e vulneráveis no período natalício;
12. Colaboração com os diversos grupos de trabalho, no âmbito do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto (NPISA);
13. Manutenção do protocolo com os Bombeiros Voluntários do Porto;
14. Promover o desenvolvimento da Comissão Social da Freguesia, fomentando a colaboração entre as entidades locais, a implementação de projetos sociais inovadores e a ampliação de respostas adequadas às necessidades da comunidade, reforçando o impacto positivo na qualidade de vida dos fregueses;
15. Acompanhamento, apoio e colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), desenvolvendo ações de prevenção de comportamentos de risco ou perigo, nomeadamente durante os meses de abril (mês da prevenção dos maus-tratos) e novembro (promovendo ações de sensibilização subordinadas ao tema da proclamação dos direitos das crianças, nas escolas do 1º ciclo);
16. Criação da bolsa de voluntariado;
17. Continuação de diálogo/colaboração com as várias entidades no sentido de apoio à resolução do grave problema social da toxicodependência na Freguesia;
18. Além dos mais carenciados, também a população sénior é alvo da atenção deste executivo. Pretendemos apoiar aqueles que de outra maneira não teriam oportunidade de usufruir de momentos de convívio e de lazer, pretendemos continuar a desenvolver os seguintes projetos:
19. Passeio Anual dos Séniores;
20. Visitas culturais a monumentos, museus e outros locais emblemáticos da freguesia e da cidade do Porto;
21. Organização do almoço de Carnaval (nos espaços sociais da UFLOM);
22. Baile da Primavera;

23. Colónia Balnear Sénior;
24. Sardinhada de S. João (nos espaços sociais da UFLOM);
25. Comemoração do Dia Internacional do Idoso (1 de outubro);
26. Caminhada Solidária UFLOM (Maio mês do coração);
27. Magustos de São Martinho;
28. Almoço de Natal e Ano Novo (espaços sociais da UFLOM);
29. Projeto Mexe Sénior - projeto envolvendo atividades de expressão física e desenvolvimento social (espaços sociais da UFLOM);
30. Atividades de Teatro e Expressão Dramática;
31. Projeto Pensa & Cria - projeto que pretende desenvolver e estimular a criatividade através da realização de trabalhos manuais que contribuam para o desenvolvimento e estimulação da criatividade (desenho, pintura, recorte, plasticina, barro, origamis, costura, *crochet*, bijuteria, entre outros a desenvolver nos espaços sociais da UFLOM);
32. Desporto Sénior - Aulas de natação e hidroginástica; Introdução de novas modalidades de atividade física.
33. Atividades intergeracionais;
34. Gestão e manutenção da Residência Sénior Partilhada, garantindo o seu pleno funcionamento e a qualidade dos serviços prestados aos seus residentes.

SAÚDE

A saúde é fundamental para o bem-estar da população. A União das Freguesias pretende garantir cuidados de saúde primários, promover hábitos e estilos de vida saudáveis e fomentar a educação para a saúde.

Em 2026 pretendemos promover:

1. Serviço de Enfermagem, assegurando serviços gratuitos de cuidados primários de enfermagem;
2. Comemoração de Dias Mundiais (Dia mundial da voz, Dia mundial da saúde, Dia mundial da diabetes, Dia mundial da alimentação, entre outros);
3. Promoção do Projeto Freguesia com Saúde – através da realização de rastreios e ações de sensibilização e aconselhamento para uma vida saudável;
4. Reforço das parcerias e protocolos com as Universidades e outras Entidades na área da saúde;
5. Organização da Feira da Saúde da UFLOM;
6. Apoio Saúde Oral;
7. Apoio Saúde Mental;
8. Organização de "Caminhadas" temáticas, estimulando a mobilidade e o combate à obesidade e sedentarismo em articulação com as Unidades de Saúde Locais;
9. "Mês de maio, mês do Coração" – desenvolvimento de atividades em colaboração com os Centros de Saúde da Freguesia;
10. Tertúlias sobre Saúde.

CULTURA

A cultura é a essência que molda a estrutura de uma comunidade e distingue um povo. Conhecer e valorizar a cultura local é afirmar a nossa identidade e fortalecer a coesão social. Para 2026, propomos dar continuidade a atividades consolidadas e introduzir novas iniciativas, sempre em parceria com coletividades, associações e cidadãos.

Neste contexto, propomo-nos a levar a efeito as seguintes atividades:

1. Cantar as Janeiras;
2. Comemoração do Dia da Mulher (08 de março);
3. Dia Mundial da Poesia (21 de março);
4. Dia Mundial do Teatro (27 de março);
5. Comemoração do Dia do Ex-Combatente (9 de abril);
6. Comemoração do 52º Aniversário do 25 de abril;
7. Dia Mundial da Língua Portuguesa (5 de maio);
8. Em cooperação com as Associações e Coletividades da Freguesia, pretendemos desenvolver ações que promovam a coesão social, o convívio entre vizinhos, criando laços de solidariedade entre as pessoas e melhor qualidade de vida - Dia Mundial do Vizinho (27 de maio);
9. Festas de S. João 2026;
10. Concurso de Rusgas de S. João;
11. XVIII Festival de Folclore da UFLOM;
12. Comemoração do Dia dos Avós (26 de Julho);
13. X Concurso de Fado Amador;
14. Fado D'Ouro;
15. Prémio Literário;
16. Apoio à realização de festas de cariz religioso;
17. Festival de Folclore Dr. Pedro Homem de Melo;
18. Ciclos de exposições, conferências e outros eventos culturais a dinamizar no Salão Nobre de Massarelos e na Sala da Cultura de Lordelo do Ouro;
19. Mercados Urbanos;
20. Organização de percursos pedonais temáticos e históricos na Freguesia;

21. Vidas com História - convidar pessoas com histórias para contar, personalidades da UFLOM, da cidade do Porto ou do país, para contar a sua história de vida, visando a partilha de experiências e modos de vida que podem fazer a diferença;
22. Edições Literárias da Freguesia;
23. Arte Urbana – apoiar e dinamizar a Arte Urbana na UFLOM;
24. ARTELOM – Projeto de incentivo a jovens artistas das mais diversas áreas culturais;
25. Gala de Jovens Talentos do Fado.

DESPORTO E ASSOCIATIVISMO

Fomentar, fortalecer e expandir a prática desportiva na freguesia, incentivando o desporto como meio de desenvolvimento físico, de promoção da saúde e de maior coesão e integração social. Continuaremos a apoiar iniciativas realizadas por associações, coletividades, grupos de cidadãos e clubes locais, estabelecendo objetivos claros através de protocolos e disponibilizando apoios para a sua realização.

Em 2026, a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos propõe-se a desenvolver as seguintes atividades:

1. Feira do Associativismo – convites dirigidos às associações e coletividades no sentido de estas marcarem presença num só espaço e na mesma altura, promovendo e conferindo uma maior projeção aos seus projetos;
2. Freguesia em Movimento – Realização de Caminhadas;
3. Apoio logístico, de transporte e promoção das atividades desenvolvidas por Instituições/Associações da União de Freguesias;
4. Encontro entre Associações - "Associativismo Local";
5. Manutenção do apoio financeiro às associações de acordo com o regulamento em vigor;
6. Apoio ao Desporto Adaptado;
7. Apoiar atletas residentes na Freguesia.

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E PROXIMIDADE

A autarquia tem a missão de valorizar a participação e a cidadania através da comunicação e das relações públicas. Pretendemos uma maior proximidade e um maior conhecimento entre a Junta e a população, criando oportunidades para a participação dos cidadãos na vida pública e da comunidade.

O relacionamento com todas as Instituições permite-nos um resultado positivo assente sempre num princípio de transparência e competência. É, pois, objetivo deste Executivo:

1. Privilegiar as relações institucionais, mobilizando os cidadãos em torno das necessidades locais e fomentar a sua participação na vida pública;
2. Valorizar a Freguesia, através de ações de dignificação, divulgação e promoção da sua identidade, da sua história;
3. Dar atenção às questões urbanísticas que envolvam a Freguesia;
4. Colaborar com a Câmara Municipal do Porto de forma a defender e preservar o património histórico, cultural, arquitetónico e ambiental da Freguesia;
5. Estar presente nas reuniões da Assembleia Municipal, no sentido de integrar esforços para a resolução de alguns problemas que afetam não só a Freguesia como a própria cidade;
6. Implementar a descentralização das reuniões do Executivo e Assembleias de Freguesia;
7. Reforçar o estabelecimento de parcerias com entidades diversas;
8. Promover a proximidade aos cidadãos e suas realidades.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Temos como princípio, ajudar a encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades dos nossos fregueses. Por isso é dever desta autarquia apoiar os nossos artesãos, bem como ajudar a encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades dos nossos fregueses que procuram emprego ou uma oportunidade de negócio.

1. Participação na Feira de Emprego 2026 – em articulação com o Gabinete de Emprego Local da ADILO;
2. Criação de um espaço que permita a realização de Feiras e Mercados na Freguesia, para promoção do trabalho dos nossos artesãos;
3. Apoio aos comerciantes da Freguesia, incentivando o comércio local em articulação com a Associação dos Comerciantes do Porto.

HABITAÇÃO E SEGURANÇA

O urbanismo e a habitação são pilares do bem-estar e da integração social. O nosso objetivo é sinalizar junto das entidades competentes: bairros, habitações municipais e espaços públicos que necessitem de requalificação, edifícios históricos ou públicos que precisem de reabilitação e criar espaços de convívio e lazer sustentáveis e acessíveis.

Continuaremos a estar atentos e disponíveis para cooperar e ajudar na resolução ou minimização de alguns problemas do parque habitacional da freguesia em colaboração com a Câmara Municipal do Porto.

A segurança e a iluminação são essenciais para o bem-estar e proteção da comunidade. Envidaremos todos os esforços para um aumento da vigilância, videovigilância, iluminação pública e limpeza urbana. O objetivo é reduzir riscos de acidentes, criminalidade e melhorar a perceção de segurança e higiene urbana.

Ainda que sem uma interferência direta na resolução das situações sinalizadas pelos nossos fregueses, somos uma das primeiras instituições a auscultar as sugestões dos cidadãos. Continuaremos atentos e a dar o nosso contributo na sinalização junto das autoridades competentes dos seguintes assuntos:

1. Flexibilidade das forças de segurança nos locais mais expostos a atividades ilícitas, à insegurança e pequena criminalidade;
2. Reforço do número de efetivos ao serviço na Freguesia;
3. Identificar locais de melhoria da iluminação pública em diversas zonas da Freguesia para mitigar situações de insegurança;
4. Promover a expansão do serviço de guardas noturnos na freguesia em articulação com as Associações de Moradores e a Autarquia.
5. Apoiar e efetuar diligências tendo em vista a repavimentação de estradas com piso degradado e a recuperação e manutenção de passeios e calçadas em algumas artérias da freguesia;
6. Apresentação de sugestões e propostas em questões associadas à mobilidade, trânsito e estacionamento;

7. Continuar a apresentar sugestões em relação aos problemas de trânsito e de estacionamento na zona geográfica da freguesia;
8. Continuar a zelar pelo acesso de pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente através da introdução de mecanismos de facilitação de acesso.
9. Continuar junto da Câmara Municipal do Porto a sinalizar locais onde se mostre conveniente a colocação de lombas redutoras, dissuasoras da velocidade.

AMBIENTE

A preservação do meio ambiente é essencial para o futuro da nossa comunidade. Pretendemos promover práticas sustentáveis, de eficiência energética e valorização dos espaços verdes, tornando a freguesia mais sustentável e agradável.

Neste âmbito será nossa intenção promover a preservação do nosso património verde, sinalizando aos organismos competentes todas as situações indicadas pelos fregueses e entidades. Iremos apoiar e promover com parcerias as seguintes ações:

1. Manutenção dos espaços verdes existentes na área da Freguesia;
2. Requalificação e dinamização do Parque da Pasteleira;
3. Sensibilização da população para a obrigatoriedade do licenciamento de canídeos, bem como a sua vacinação e a recolha de dejetos depositados na via pública;
4. Reforço junto da Câmara Municipal do Porto da solicitação de instalação de equipamentos para a recolha dos dejetos animais e maior fiscalização das autoridades competentes aos infratores;
5. Promoção de ações no âmbito da educação ambiental - Dia Mundial do Ambiente (05 de junho);
6. Comemorações do Dia da Água (22 de março);
7. Apoio às iniciativas e campanhas de sensibilização levadas a cabo por associações e movimentos ambientalistas;
8. Promoção de atividades ambientais;
9. Solicitar o reforço ao nível da colocação de ecopontos na área da Freguesia;
10. Reforço da articulação com a Câmara Municipal do Porto, na área da limpeza urbana, sinalizando situações urgentes de intervenção;
11. Organização de campanhas de sensibilização que incentivem a população a cuidar das áreas comuns dos condomínios e preservar da melhor forma o ambiente;
12. Organização da comemoração do Dia dos Oceanos (08 de junho);
13. Solicitar o reforço e a otimização dos serviços de recolha de lixos;
14. Promoção das "Rotas Verdes" - visitas guiadas aos parques, jardins, espaços verdes e património natural da Freguesia.

PATRIMÓNIO, INFRAESTRUTURAS E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

É preocupação desta autarquia zelar, melhorar e aumentar os espaços públicos quer no que se refere à qualidade, mas também na ótica de crescimento.

Alguns edifícios e instalações obrigam à execução de um plano de manutenção cuidado, atento ao estado de conservação dos mesmos, por forma a garantir as melhores condições de trabalho e uma melhor prestação de serviços à comunidade.

Reiteramos o nosso compromisso ao nível dos seguintes investimentos:

Património

1. Modernização e reorganização dos serviços no edifício de Lordelo do Ouro (Sede UFLOM);
2. Adaptação do edifício de Massarelos para uma maior acessibilidade e eficiência funcional;
3. Sinalizar às autoridades competentes intervenções no património histórico.

Cemitério de Lordelo do Ouro

As ações a manter e a desenvolver neste âmbito serão as seguintes:

1. Continuar com o reforço da recolha seletiva de resíduos orgânicos, incentivando a separação sistemática de restos de flores, plásticos e velas;
2. Melhor aproveitamento do espaço, vulgo Pirâmide, para a realização de cerimónias ecuménicas.
3. Construção de Ossários e Columbários.

Outros equipamentos

No âmbito do contrato interadministrativo com a Câmara Municipal do Porto:

1. Manutenção dos lavadouros públicos (Bicalho, Casal do Pedro e Moinhos);
2. Conservação e manutenção do balneário do Largo da Maternidade;
3. Conservação de Equipamentos Polidesportivos de Exterior.

Infraestruturas e Conservação de Espaços Públicos

A nossa linha de atuação pauta-se pelo alerta e pressão, junto da Câmara Municipal do Porto e de outras entidades, no sentido da célere e eficiente resolução dos assuntos inerentes à área em questão, designadamente:

1. Intervenção na Rua de Serralves;
2. Requalificação da degradada Via Panorâmica;
3. Beneficiação da ligação pedonal entre o bairro da Associação de Moradores de Massarelos e a Rua do Campo Alegre, via Faculdade de Arquitetura, no que respeita ao pavimento, à iluminação, acrescentando um outro corrimão;
4. Melhoria dos pavimentos dos passeios, caminhos e estradas degradadas;
5. Pavimentação das ruas interiores dos Bairros;
6. Que os passeios sejam para as pessoas e que se acabe com o estacionamento sem regras;
7. Que se conclua o arranjo do Cais/Estaleiro do Ouro colocando-se adequada vedação na plataforma junto ao "habitual" palco das Festas de S. João;
8. Reabertura da ligação entre a Rua de Paulo da Gama e a Rua das Sobreiras, fechada há cerca de três anos.

DIREITO DE OPOSIÇÃO – Lei nº.24/98

Nos termos do **Estatuto do Direito de Oposição**, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o Executivo procedeu à **consulta prévia** aos grupos e forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, garantindo o direito de participação, apreciação e formulação de sugestões relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

Foram solicitados contributos a todos os grupos com assento na Assembleia, bem como consideradas as propostas que, no âmbito do exercício democrático e plural, nos foram transmitidas por cada força política. O Executivo agradece a colaboração prestada, reconhecendo a importância do diálogo institucional e da partilha de ideias na construção de uma Freguesia mais **participada**, **próspera** e **coesa**.

As sugestões recebidas serão analisadas, ponderadas e integradas no processo de decisão sempre que se revelem pertinentes, exequíveis e alinhadas com o interesse público e com os princípios estratégicos definidos para 2026.

De seguida, apresentam-se os contributos enviados por cada grupo político, conforme previstos no Direito de Consulta Prévia:

SUGESTÕES DO CHEGA (Partido CHEGA)

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 4.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º, ambos da Lei n.o 24/98, de 26 de Maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, venho por este meio e na qualidade de líder da bancada parlamentar do partido CHEGA, apresentar abaixo as propostas a incluir no Plano de Actividades e Orçamento para 2026.

1. Realizar um levantamento imediato dos espaços mal iluminados da União de Freguesias e comunicar à Câmara Municipal do Porto (CMP) eliminando zonas escuras e potenciais focos de insegurança. Priorizar o reforço na iluminação pública de zonas com maior incidência de criminalidade, nomeadamente roubos, furtos, vandalismo, violência e consumo de drogas. Os túneis das freguesias ou a zona do cemitério são área de assaltos mal escurece. Fazer uma articulação correcta da iluminação com as câmaras de videovigilância, pois são complementares, e as segundas sem as primeiras são inúteis;

2. Melhorar a recolha de lixo/higiene urbana (varredura de ruas, limpeza de papeleiras, sarjetas, etc.), que se encontra muito deficitária, por isso este vai-se acumulando na rua junto aos contentores, uma vez que estes estão cheios. Reduzir drasticamente o lixo resultante do consumo de estupefacientes nas áreas adjacentes ao Clube Fluvial Portuense/Posto de Abastecimento da BP, para evitar incidentes de saúde pública;
3. Normalizar o ambiente no Posto de Abastecimento da BP junto ao Clube Fluvial Portuense, solicitando à CMP o reforço do policiamento nesse ponto crítico, onde bandos de toxicodependentes ali consomem drogas 24h/dia e intimidam os utilizadores. Repor a ordem pública nos Bairros da Pasteleira Nova e Pinheiro Torres, sensibilizando a CMP para a necessidade de uma presença efectiva diária da Unidade Especial de Polícia;
4. Garantir o cumprimento da instalação de câmaras videovigilância na Pasteleira e Diogo Botelho. As câmaras de videovigilância na zona da Pasteleira, no Porto, deveriam começar a funcionar entre Julho e Agosto deste ano. Desconhecemos o resultado. Se não estiver operacionalizado, fazê-lo;
5. Garantir o cumprimento da expansão do serviço de guardas-nocturnos (em conjunto com polícias, junta, condomínios e associações de moradores), definindo novas áreas de actuação. Foi aberto um concurso em Julho de 2025, mas deve ser acompanhado de perto, para não acontecer como em 2021, ano em que as vagas ficaram longe de serem preenchidas, devido à baixa atractividade das ofertas de trabalho. Na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos foram constituídas sete áreas de actuação, que abrangem, entre outras, ruas nas zonas de Bessa Leite, Boavista, Agramonte, Campo Alegre e Marechal Gomes da Costa. Desconhecemos o resultado do processo;
6. Solicitar à CMP o encerramento do contentor, também conhecido como sala de chuto, que se encontra junto ao muro da Fundação de Serralves, movendo-o para um local apropriado e com condições mínimas para o efeito. Além de não resolver nada é um chamariz para toxicodependentes de fora cidade do Porto, o que vem ainda agravar o problema relacionado com o tráfico e consumo de drogas na união de freguesias;
7. Proceder ao levantamento de parques infantis, ringues desportivos e zonas verdes, carentes de intervenção, e, de seguida, proceder à sua requalificação, no sentido de os devolver às comunidades. Requalificar e povoar as áreas degradadas é meio caminho para dissuadir as

actividades ilícitas. Ademais, estes equipamentos têm um valor ocupacional inestimável para os jovens e crianças de áreas carenciadas, com os bairros sociais;

8. Apoiar a criação e reactivação de colectividades recreativas, desportivas e culturais, fornecendo as condições necessárias para o seu funcionamento (ex.: Urbanização das Condominhas carece de uma colectividade; a colectividade Mocidade da Arrábida está inoperacional);
9. Instalar mecos hidráulicos nos bairros sociais, prevenindo o roubo de automóveis durante a noite;
10. Proteger arrendatários históricos, através de apoio jurídico gratuito disponibilizado pela Junta de Freguesia;
11. Reforçar parcerias com as escolas, promovendo actividades culturais ligadas à história e identidade do Porto;
12. Propor à CMP a instalação de sinais luminosos de trânsito (semáforos) nas ruas do bairro de Gomes da Costa, evitando assim acidentes por desrespeito do código da estrada. Solicitar ainda, e no seguimento da proposta à CMP, a sincronização dos semáforos na Avenida da Boavista entre o Colégio do Rosário e a saída de Av. Gomes da Costa com a Av. Boavista.

SUGESTÕES DO LIVRE

De acordo com o estipulado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio – Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia, quanto ao Plano de Atividades e Orçamento para 2026, o LIVRE apresenta as seguintes propostas:

1. Elaboração e implementação de um programa anual de atividades culturais, ambientais e comunitárias, em articulação com as associações locais;
2. Requalificar e ativar as instalações sanitárias existentes, ou, caso necessário, promover a instalação de novas infraestruturas que garantam condições de conforto e salubridade adequadas;
3. Reativar o bar e a esplanada junto ao lago, ponderando a possibilidade de concessão de exploração, assegurando, contudo, critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social;

4. Reforçar o policiamento de proximidade no Parque e nas áreas envolventes, de forma a garantir maior segurança e tranquilidade para todas e todos os utilizadores.
5. Criação do "Gabinete + perto", com as seguintes atribuições:
    a. Apoiar, quanto a aconselhamento, a criação de coletividades, associações e cooperativas de âmbito cultural, recreativo, desportivo, social ou outro;
    b. Prestar apoio técnico e jurídico ao respetivo desenvolvimento e funcionamento;
    c. Promover a formação dos dirigentes e quadros associativos;
    d. Informar, promover, acompanhar e apoiar a candidatura destas entidades a programas e fundos de financiamento público ou privado.
6. Promova um levantamento e estudo técnico das áreas existentes na União de Freguesias com potencial para a criação ou ampliação de hortas comunitárias, independentemente do regime de propriedade dos terrenos;
7. Avalie a viabilidade ambiental, social e económica das áreas identificadas, com vista à elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento de hortas urbanas;
8. Envolva a comunidade local e as associações ambientais no processo de planeamento e implementação, fomentando a participação cidadã e a corresponsabilização na gestão dos espaços.
9. Proceda à verificação técnica e funcional de todos os chafarizes e fontes existentes na Freguesia, identificando as infraestruturas atualmente inoperacionais;
10. Assegure a reposição do funcionamento e do abastecimento de água nas fontes e chafarizes que se encontrem desativados, privilegiando soluções sustentáveis e de baixo consumo hídrico;
11. Implemente um plano regular de manutenção e fiscalização, garantindo a preservação, limpeza e segurança sanitária destes equipamentos públicos;
12. Promova a valorização destes espaços como elementos do património urbano e como refúgios climáticos acessíveis à população, integrando-os em estratégias locais de adaptação às alterações climáticas e de promoção da saúde comunitária.
13. Proceda à identificação e verificação da titularidade e do uso dos terrenos públicos atualmente considerados de utilização privada, nomeadamente nas margens da Ribeira da Granja, a jusante da Rua de Serralves, promovendo o retorno à esfera pública e comunitária desses espaços;

14. Assegure e exija o cumprimento integral do PDM e do acordo estabelecido para a criação de um parque comunitário ao longo das margens da Ribeira da Granja, a jusante da Rua de Grijó;
15. Acompanhe de forma sistemática a situação da "Casa do Campo Pequeno – Palacete Pinto Leite", garantindo que o seu destino e utilização respeitam o interesse público, o valor patrimonial e os princípios da transparência;
16. Empreenda todos os esforços políticos e institucionais no sentido de promover o retorno à esfera camarária dos terrenos do Aleixo, assegurando o seu uso para fins de habitação pública e projetos de desenvolvimento comunitário;
17. Desenvolva diligências junto das entidades competentes com vista à transferência para a esfera municipal e/ou da Junta de Freguesia dos edifícios do Quartel da Manutenção Militar e da Escola de Lordelo, destinando-os a fins de interesse público, como uma Casa de Criação, habitação de emergência ou outros projetos comunitários e culturais.

SUGESTÕES DA CDU (Coligação Democrática Unitária PCP-PEV)

Ao abrigo do Lei 24/98, de 26 de Maio – Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia, para o ano de 2026 a CDU vem propor medidas que crê positivas e que melhorariam a qualidade de vida dos fregueses.

Plano de Atividades

1. Habitação e Urbanismo
   i. Requalificação de Bairros Sociais: Continuar a requalificação do Bairro do Bom Sucesso. Retirada de coberturas de amianto do Bairro Bessa Leite. Requalificação dos espaços envolventes de todos os bairros.
   ii. Ocupação e Reabilitação: Dar rápida ocupação às casas municipais desabitadas e incentivar o cooperativismo para reabilitar casas devolutas. Procurar consensos para criar condições de habitabilidade na habitação privada degradada.
   iii. Combate à Construção Inadequada: Lutar contra a construção inadequada e pela defesa do interesse público em projetos urbanísticos nos terrenos do Aleixo, da EDP no Ouro, junto aos bairros de Lordelo e Pinheiro Torres e Rua de Grijó.
   iv. Apoio a Moradores: Resolução dos problemas das ilhas, assegurando o realojamento dos residentes nas áreas de origem. Criar um gabinete de apoio e acompanhamento aos

moradores e às suas associações, garantindo a fiscalização gratuita das condições de habitabilidade. Apoiar os moradores pressionados por despejos.

v. Planeamento Habitacional: Exigir que a freguesia seja respeitada na concentração de bairros e nas alterações ao PDM. Pressionar para que o parque habitacional devoluto seja transformado em novas habitações em regime de rendas apoiadas. 1 Articular o levantamento do parque habitacional com centros de estudo (ex.: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto) para uma resposta científica à carência habitacional.

2. Mobilidade, Trânsito e Estacionamento

i. Gestão de Tráfego: Repensar o tráfego em ruas congestionadas e próximas de grandes vias que cruzam Lordelo e Massarelos (acesso VCI/Ponte de Arrábida/Marginal). Reavaliar rapidamente a circulação no Largo do Ouro/Rua do Aleixo/Rua do Senhor da Boa Morte e no cruzamento Rua do Breiner/Rua de Adolfo Casais Monteiro/Largo da Maternidade, talvez com semáforos ou lombas.

ii. Estacionamento: Disciplinar o estacionamento no interior dos bairros. Avaliar a eventual expansão de áreas de estacionamento pago (parcómetros). Garantir o estacionamento para residentes, nomeadamente no Bairro do Bom Sucesso.

iii. Segurança Pedonal e Rodoviária: Colocar equipamentos adequados (ex.: espelhos) em locais de conflito entre automobilistas e peões. Reivindicar a melhoria dos pavimentos de passeios, caminhos e estradas degradadas. Estudar e alterar a temporização dos semáforos, nomeadamente no Campo Alegre/Júlio Dinis/Rotunda/Caldas Xavier.

iv. Ciclovias e Peões: Reivindicar uma ciclovia planeada que sirva as populações a uma cota baixa, junto à marginal do rio, e a uma cota alta, pela Rua do Campo Alegre. Repensar a zona pedonal da marginal para acabar com o conflito entre ciclistas e quem passeia a pé. Disciplinar a circulação de trotinetes, dando primazia à segurança dos peões.

v. Iluminação Pública: Iluminar eficientemente as passadeiras nas ruas de mais movimento. A iluminação pública deve abranger a totalidade das freguesias.

3. Transportes Públicos

i. Melhoria dos Serviços: 2 Exigir que as paragens sejam abrigos e tenham condições de conforto, incluindo cobertura, para-vento e assentos. Reclamar melhores serviços da

STCP, com horários mais alargados e menores tempos de espera, e melhorar o atual serviço ao fim de semana.

ii. Novas Ligações e Acessibilidade: Lutar pela linha do Metro do Campo Alegre. Consolidar a recente ligação fluvial entre o Cais do Ouro e a Afurada, com embarcação apropriada e com condições adequadas na estação. Estudar a eventual reativação dos elevadores da Ponte da Arrábida para garantir a mobilidade entre a marginal e o polo universitário. Urgente funcionamento do Metrobus e a sua integração na rede de transportes.

4. Educação e Juventude

i. Infraestruturas e Horários: Repensar a educação em berçários, creches e jardins-de-infância, com horários adequados para pais que trabalham, aproveitando as instalações do Jardim-de-infância da Rua do Estoril/Rua de Âncora e garantindo a existência de duas creches públicas.

ii. Apoio Escolar: Dar particular atenção à defesa da Escola Secundária Infante D. Henrique. Apoiar as necessidades das Escolas do 1º ciclo e acompanhar as do 2º e 3º ciclos.

iii. Iniciativas para Jovens: Promover, em articulação com as escolas, a realização de "Escolas de Pais" descentralizadas. Apoiar e incentivar Associações Juvenis e dar particular relevo a iniciativas na área da Juventude.

5. Ação Social

i. Apoio a Grupos Vulneráveis: Reforçar o apoio à ADILO e a outras instituições que intervêm na área social. Melhorar os cuidados a idosos, combatendo a solidão noturna e de fim de semana (centro de noite, refeições, alojamento partilhado com estudantes), em coordenação com instituições e aproveitando instalações da junta. Incentivar a criação de um Lar de Idosos.

ii. Combate à Pobreza: Manter o Fundo de Emergência, gerido com critérios justos e transparentes, para apoiar socialmente as famílias carenciadas (compra de medicamentos, outras despesas). Combater vigorosamente a pobreza, garantindo cantinas sociais e o funcionamento de balneários.

iii. Apoio a Pessoas com Deficiência: Dar todo o apoio à Obra Social de Nossa Senhora da Boa Viagem e à Associação Somos Nós pelo seu trabalho nesta área.

iv. Bolsa de Bens Materiais: Construir uma bolsa de bens materiais (doações ou compra em 2ª mão) a ser distribuída por moradores identificados como mais necessitados pela segurança social.

6. Saúde

i. Cuidados de Saúde: Estender os cuidados de saúde, nomeadamente de Enfermagem, a outras zonas das freguesias. Prestar especial atenção à eficiência dos Centros de Saúde, denunciando a falta de meios. Assegurar a prestação de cuidados de saúde primários ao domicílio para quem não se consegue deslocar aos centros de saúde.

ii. Combate à Toxicodependência e Vícios: Lidar com a toxicodependência de modo integrado e humanizado, dando condições dignas às pessoas com dependência e incentivando o consumo assistido para a reabilitação. Sensibilizar a população para o combate ao tabagismo e alcoolismo.

iii. Infraestruturas: Dar toda a atenção à urgente transformação da antiga Escola Primária de Lordelo em sedes das Unidades de Saúde Familiares.

7. Património e Cultura

i. Preservação do Património: Denunciar o desleixo e exigir intervenções no património histórico (igrejas, capelas, monumentos, estátuas). Lutar pela rápida classificação de património histórico e religioso existente.

ii. Valorização e Divulgação: Promover circuitos turísticos assinalando o património local. Lutar para que locais com história (nomeadamente do Cerco do Porto) sejam devidamente assinalados (Flecha dos Mortos, Trincheira, Forte de Serralves, Forte do Pasteleiro).

iii. Cultura e Arte: Criar um espaço polivalente para a cultura e arte. Apoiar edições literárias sobre as freguesias ou de autores locais. Organizar Semanas Culturais.

iv. Casa das Artes: Exigir que a Casa das Artes sirva a comunidade e integre a rede de espaços culturais (Teatro Municipal do Porto e/ou Agenda Porto).

8. Ambiente e Espaços Públicos

i. Manutenção e Limpeza: Reivindicar a melhoria dos pavimentos de passeios, caminhos e estradas degradadas. Exigir podas oportunas do arvoredo e desmatamento regular das ruas. Proceder a uma rápida poda do arvoredo que tapa a vista para o Douro no

Miradouro de Santa Catarina. Exigir eficiente trabalho de varredura, recolha e limpeza dos ecopontos.

ii. Espaços Verdes e Ribeiras: Arranjo dos espaços junto ao antigo parque infantil do Ouro e beneficiação de outros parques infantis. Estimular a utilização do Parque da Pasteleira para atividades ao ar livre e promover a dinamização da Casa de Chá. Continuar a despoluição das Ribeiras da Granja e a dos Moinhos e o arranjo das suas margens. Criação de hortas comunitárias.

iii. Proteção e Acessibilidade: Reavaliar com carácter urgente a evidente falta de proteção em alguns trechos do cais da marginal. Eliminar o perigo de ruas movimentadas sem passeio. Garantir condições de acessibilidade em todos os passeios. Promover a implementação do Comité das Acessibilidades já aprovado em Assembleia de Freguesia.

9. Segurança

i. Policiamento: Intervir junto das autoridades para que haja mais rondas junto às escolas e nas ruas mais inseguras. Lutar para que se instale uma nova esquadra ou um posto da PSP que sirva as duas freguesias. Reivindicar melhor policiamento na freguesia.

ii. Toxicodependência: Exigir às forças de segurança maior vigilância nas zonas de habitual concentração de toxicodependência. Dar prioridade à reabilitação de equipamentos e ao arranjo urbanístico das zonas mais fragilizadas, onde o medo se está a instalar, para recuperar a confiança dos moradores. Cooperar com os responsáveis da Sala de Consumo assistido.

10. Associativismo

i. Apoio e Sinergias: Apoiar as instituições e coletividades, reconhecendo o seu importante papel na comunidade. Procurar sinergias entre os clubes com instalações desportivas e as outras coletividades e população.

ii. Serviços de Apoio: Apoiar as coletividades nas áreas da contabilidade, da fiscalidade, jurídica, de candidaturas a financiamentos, nomeadamente ao Fundo do Associativismo Portuense, e também de formação desportiva.

11. Outras Intervenções

i. Comércio: Dotar a freguesia de um espaço que permita consolidar a realização de feiras e mercados de levante ou criar melhores condições para a feira dominical da Pasteleira.

ii. Edifícios: Recuperar a antiga Escola Primária de Lordelo para servir a comunidade, como unidade de saúde, ou centro de dia, ou lar e a Manutenção Militar para a instalação de um Centro Integral de Cuidados, de múltiplas valências.

12. Orçamento

A CDU entende que deverá ser equilibrado e rigoroso, de preocupação social, racionalizando os custos e se possível que o investimento seja reprodutivo.

ORÇAMENTO

Nota Prévia

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), compete à Junta de Freguesia elaborar as **Opções do Plano** e a **proposta de Orçamento**, cabendo à Assembleia de Freguesia a respetiva aprovação, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma.

A presente proposta de **Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2026** foi elaborada em conformidade com o **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e sucessivamente alterado pelos Decretos-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e n.º 33/2018, de 15 de maio.

Nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e tendo sido reposta em 2025 a **obrigatoriedade** de elaboração das **Demonstrações Financeiras Previsionais** previstas no n.º 17 da NCP 1 — após a dispensa transitória estabelecida pelo artigo 78.º da Lei n.º 82/2023 (OE 2024) — são igualmente apresentados, em anexo, o **Balanço Previsional**, a **Demonstração de Resultados Previsional** e a **Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional**, que integram e fundamentam o processo orçamental para 2026.

O SNC-AP foi concebido para abranger todo o universo das administrações públicas, independentemente da sua dimensão ou complexidade, garantindo **comparabilidade**, **consistência** e **fiabilidade** da informação contabilística e financeira. Face à diversidade das entidades públicas, o legislador previu a possibilidade de algumas entidades — como é o caso das freguesias de menor dimensão — aplicarem um **Regime Simplificado**, desde que respeitados os mesmos princípios e critérios fundamentais do SNC-AP. Esse regime encontra-se previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/2015 e foi regulamentado pela **Portaria n.º 218/2016,** de 9 de agosto.

O regime simplificado[1] é uma opção que é concedida a dois tipos de entidades de menor dimensão e risco orçamental definidas nos artigos 3.º (Pequenas Entidades) e 4.º (Micro Entidades) da Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto.

De acordo com essa Portaria, podem optar pelo **Regime Simplificado** as entidades classificadas como **Pequenas Entidades** (art.º 3.º) ou **Microentidades** (art.º 4.º). Nos termos do n.º 46 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26), as demonstrações orçamentais a elaborar por uma microentidade incluem:

- Orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos);
- Plano plurianual de investimentos.

Importa ainda referir que o SNC-AP **não revogou o ponto 3.3 do POCAL**, relativo às **regras previsionais**, pelo que estas continuam plenamente aplicáveis à elaboração do orçamento do ano a que respeita, mantendo-se igualmente em vigor as disposições dos pontos **2.9** (controlo interno) e **8.3.1** (modificações do orçamento). Assim, a elaboração do orçamento continua a obedecer aos princípios fundamentais do POCAL, combinados com as exigências do SNC-AP.

No que respeita ao equilíbrio financeiro, o **Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI)**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece no seu artigo 40.º que o orçamento deve prever receitas suficientes para cobrir todas as despesas, devendo a **receita corrente ser igual ou superior à despesa corrente**. O saldo de gerência pode ser incorporado por alteração orçamental, após aprovação do **Mapa de Fluxos de Caixa** pelo órgão executivo.

O orçamento deve estar enquadrado num **plano plurianual (N+4)**, garantindo o cumprimento dos princípios da **estabilidade orçamental** e da **equidade intergeracional**, previstos nos artigos 5.º e

[1] Os valores a considerar são anuais e a observação dos limites tem que verificar-se durante dois anos consecutivos.

- Pequena Entidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga superior a 1 milhão e inferior a 5 milhões de euros;
- Microentidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga inferior a 1 milhão de euros.

9.º do RFALEI. A estimativa de receitas deve considerar a evolução expectável da base tributária, a procura de bens e serviços, as transferências do Estado e eventuais operações de financiamento ou comparticipações comunitárias. No lado da despesa, devem ser considerados os compromissos já assumidos e os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos.

A taxa de inflação prevista para 2026 constitui igualmente um elemento relevante para a elaboração das projeções de receita e despesa. Naturalmente, as estimativas para os quatro anos subsequentes ao ano do orçamento são **indicativas**, sendo revistas anualmente através da atualização do Quadro Plurianual Orçamental.

O orçamento deverá, assim, integrar apenas **projetos de execução anual ou plurianual** constantes do Plano Plurianual de Investimentos, garantindo coerência entre planeamento, execução orçamental e capacidade de concretização.

A regularidade técnica da contabilidade pública e da prestação de contas é assegurada pelo **Contabilista Público**. Nos casos em que, como sucede nas freguesias de menor dimensão, não existam recursos humanos que cumpram os requisitos legais, essa função pode ser desempenhada por um **Contabilista Certificado**, nos termos do artigo 9.º dos Estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Os documentos ora apresentados — **Opções do Plano, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Demonstrações Financeiras Previsionais** para 2026 — são submetidos à análise e deliberação da Assembleia de Freguesia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Normas Regulamentares da Execução do Orçamento

Capítulo I

Âmbito e Princípios Genéricos

Artigo 1.º - Definição e Objeto

1.O presente normativo estabelece regras e procedimentos necessários à execução do Orçamento da Freguesia, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

2.São também aplicáveis à execução do Orçamento, as disposições constantes da Norma de Controlo Interno.

3.O presente regulamento atende ainda ao disposto na seguinte legislação: Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro; Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho; Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho; Decreto-Lei 114/2007, de 19 de Abril; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; e Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Artigo 2.º - Utilização das Dotações Orçamentais

Durante o ano de 2026 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Artigo 3.º - Execução Orçamental

1.O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as

dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.

2.Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovados e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

3.Deverá continuar a ser assegurado e implementado durante o ano de 2026 um efetivo sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

Artigo 4.º - Registo Contabilístico

1.O registo da receita e da despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios.

2.Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do sistema de controlo interno, aprovado nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Artigo 5.º - Gestão dos Bens Tangíveis e Intangíveis da Autarquia

1.A Gestão do Património da Freguesia executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário de Bens da Autarquia.

2.As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do órgão executivo através de informação-proposta ou documento equivalente, designadamente contratos, após aprovação da despesa bem como da verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º - Modificações ao Orçamento

1.As dotações inscritas nas Opções do Plano, comparticipadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas, após reformulação, devidamente comprovada, do respetivo cronograma financeiro.

2.A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só poderá ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

Capítulo II

Receita e Despesa Orçamental

Artigo 7.º- Princípios Gerais para a Arrecadação de Receitas

1.Na execução do Orçamento da receita, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 4 NCP 26, nomeadamente:

1.1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e recebida se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada;

1.2.A Liquidação pode exceder os valores inscritos no Orçamento.

2.A liquidação e o recebimento de receitas serão efetuados com base na legislação e regulamento em vigor.

3.As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

Artigo 8.º - Princípios Gerais para a Realização de Despesas

1.Na execução do Orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 5 NCP 26, nomeadamente:

1.1. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes situações:

a) verificada a conformidade legal e a regularidade da despesa, nos termos da lei;

b) registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;

c) emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda.

2.Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.

3.O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, sendo as despesas permanente, como salários, eletricidade, água, comunicações, seguros, rendas, contratos de fornecimento contínuos e contratos de quantidade, devem ser registados mensalmente.

4.As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental; a saber:

4.1. No caso do investimento, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso;

4.2. No caso das restantes despesas, se o saldo orçamental da rúbrica for igual ou superior ao encargo a assumir.

4.3. Os pagamentos só podem ser executados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei e/ou no presente regulamento.

5.As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

6.A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com delegação de competência para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada e apreciada a sua adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.

7.As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para valores superiores a 5.000,00 euros, terão de ser acompanhadas de declaração da Segurança Social comprovativa da situação contributiva regularizada e identificação

completa do beneficiário – nome, morada, contato, e-mail e número de identificação fiscal.

8.As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para qualquer montante, terão de ser acompanhadas de declaração das Finanças comprovativas da situação tributária regularizada, a qual deverá mencionar que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros.

9.No caso específico do compromisso da despesa, e tendo como princípio básico a não utilização da antecipação de fundos prevista no artigo 4º da LCPA, deverá atender-se à regra prevista no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ou seja, os compromissos serão realizados em função dos trabalhos e fornecimentos a desenvolver mensalmente.

Artigo 9.º - Autorização para a Contratação das Despesas

1.As competências para a autorização da realização de despesas, são estabelecidas por deliberação do executivo, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria por legislação em vigor, nomeadamente Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2.Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, encargos de empréstimos, contribuições e impostos, reembolsos ou quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, energia elétrica, telefone, prémios de seguros e quaisquer outros contratos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por Operações de Tesouraria.

3.Qualquer encargo só pode ser assumido depois de ser previamente registado o cabimento da importância correspondente à despesa a pagar.

Artigo 10.º - Constituição de Fundos de Maneio

1.Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Junta a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2.Cada um dos fundos referidos no número anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

Artigo 11.º - Pagamentos Eletrónicos

1.Para as aquisições que exijam o pagamento imediato, poderá ser atribuído um cartão de débito, na modalidade de pré-pago.
2.O Cartão é atribuído a um titular designado para o efeito pela unidade orgânica respetiva, o qual é responsável pela correta utilização do mesmo, após os competentes registos contabilísticos.

Artigo 12.º - Tramitação dos processos de Contratação Pública

1.Os serviços devem utilizar obrigatoriamente uma plataforma eletrónica de compras ou meio de transmissão eletrónica de dados, para desenvolver a tramitação de todos os procedimentos de contratação pública relativos, nomeadamente, às aquisições de bens e de serviços, às locações e às empreitadas ou concessões.
2.O disposto no número anterior deve ser sempre aplicável, independentemente do valor da despesa e mesmo que o procedimento a adotar seja o ajuste direto simplificado.
3.Cada procedimento para além de ter uma requisição associada deve estar devidamente justificado e suportado por uma informação prévia, de forma a se instruir respetivo o caderno de encargos.

4.De forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra respeitando os seguintes prazos de antecedência mínima:

a) 5 dias para aquisições de valor inferir a € 5.000,00;

b) 10 dias para aquisições de valor superior a €5.000,00;

c) 15 dias para aquisições de valor superior a €20.000,00.

d) 30 dias para aquisições de valor superior a €75.000,00.

Artigo 13.º - Procedimento para a Realização da Despesa

1.Os concursos públicos ou limitados, os procedimentos de negociação ou diálogo concorrencial, serão efetuados de harmonia com as regras de contratação pública estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2.São excluídas dos procedimentos de contratação as entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações de impedimentos referidos no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

3.A realização de trabalhos de trabalhos de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação ou adaptação de imóveis, bem como às concessões de obras públicas e fornecimentos de obras públicas aplica-se o regime constante do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os processos de formalização dos respetivos contratos, a adotar são os seguintes:

3.1.Concurso público – para empreitadas de valor igual ou superior a 150.000,00€.

3.2.Consulta prévia - para empreitadas de valor inferior a 150.000,00€

3.3. Ajuste direto - para empreitadas de valor inferior a 30.000,00€

4.A realização de despesas com aquisição de bens e serviços, locação e aquisição de bens imóveis, regem-se pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os procedimentos a adotar são os seguintes:

4.1. Concurso público – para aquisições cujo valor do contrato seja superior a 75.000,00€.

4.2. Consulta prévia – para aquisições cujo valor seja inferior a 75.000,00 €.

4.3. Ajuste direto – para aquisições cujo valor seja inferior a 20.000,00 €.

5.As adjudicações efetuadas ao abrigo do artigo 128º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro podem ser efetuadas sobre a fatura ou documento equivalente, quando o preço contratual não seja superior a 5.000 euros.

6.As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta que ultrapassem os 249,40 € mensais, despendidos de uma só vez ou fracionadamente carecem de autorização expressa do Presidente da Junta de Freguesia.

Artigo 14.º - Celebração e Formalização dos Contratos

1.Não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito nas seguintes condições:

1.1. Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10 000;

1.2. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;

1.3. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços nos seguintes termos:

1.3.1.O fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 dias a contar da data em que o adjudicatário comprove a prestação da caução ou, se esta não for exigida, da data da notificação da adjudicação;

1.3.2.A relação contratual se extinga com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos; e

1.3.3.O contrato não esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; ou

1.4. Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15 000.

2.A redução do contrato a escrito pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada, quando:

2.1.A segurança pública interna ou externa o justifique;

2.2. Seja adotado um concurso público urgente; ou

2.3. Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução ao contrato.

3.A competência para dispensa de contrato escrito na situação do número anterior, cabe à entidade competente para autorizar a despesa.

Artigo 15.º - Publicitação de Modificações ao Contrato

1.Os atos administrativos do contraente público ou os acordos entre as partes que impliquem quaisquer modificações objetivas do contrato e representem um valor acumulado superior a 15 % do preço contratual devem ser imediatamente publicitados, pelo contraente público, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, devendo a publicidade ser mantida até seis meses após a extinção do contrato.

2.A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia dos atos administrativos ou acordos modificativos, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Artigo 16.º - Publicitação dos Ajustes Diretos e Consultas Prévias

1.A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto ou consulta prévia deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

2.A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Artigo 17.º - Limitações à Contratação

1.Não podem ser convidadas a apresentar proposta empresas com as quais a autarquia já tenha celebrado, nesse ano económico ou nos dois anos económicos

anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja iguais ou superior aos limites da consulta prévia (€150.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €75.000,00 nas aquisições de bens e serviços) ou do ajuste direto (€30.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €20.000,00 nas aquisições de bens e serviços).

2.Não podem ser convidadas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestados serviços, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores.

Artigo 18.º - Conferência, Verificação e Registo da Despesa

A conferência, verificação e registo inerente à realização de despesas efetuadas, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis (e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em particular pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 19.º - Competências

Nos termos do disposto do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho (Repristinado - Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, a junta de freguesia delega no seu presidente as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de € 99.759,65.

Artigo 20.º - Assunção de Compromissos Plurianuais

1.Considerando que, conforme dispõe do artigo 12º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2.Face aos considerandos é dada autorização prévia e genérica, pela assembleia de freguesia, ao executivo para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

2.1. Resultem dos projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano;

2.2. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,65 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos);

2.3. Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa;

2.4. Sejam despesas de funcionamento de carater continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública, destacam-se nomeadamente as despesas com os acordos do IEFP, com seguros, com encargos de instalações, com serviços de apoio e com as telecomunicações.

3.Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 21.º - Fundos disponíveis – Utilização o saldo de gerência anterior

Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência anterior, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro, sendo esta utilização distinta da sua integração no orçamento, que ocorrerá nos termos da legislação em vigor.

Artigo 22.º - Autorizações assumidas

1.Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com a regras e procedimentos previstos nas presentes normas e na legislação em:

a) Vencimentos e salários;

b) Subsídio familiar a crianças e jovens;

c) Encargos de Saúde;

d) Rendas, alugueres e outras avenças mensais;

f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos dependentes;

g) Água, energia elétrica e gás;

h) Comunicações telefónicas e postais;

i) Prémio de seguros;

j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;

k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional;

l) Encargos de instituições bancárias;

m) Encargos de empréstimos e locações;

n) Emolumentos;

2.Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Artigo 23.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do orçamento e na aplicação do seu regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Junta.

Nota de Enquadramento

O ano de 2026 marca o início de um novo ciclo autárquico e, consequentemente, um novo ciclo de planeamento, gestão e responsabilidade política. O presente documento enquadra o **primeiro exercício orçamental do novo Executivo**, construído com base numa análise rigorosa da situação atual da Freguesia, das necessidades identificadas no território e das expectativas legítimas da população.

As Opções do Plano e o Orçamento agora apresentados representam um **conjunto estruturado de ações, prioridades e orientações estratégicas**, a desenvolver pelos diversos serviços da Junta de Freguesia ao longo do ano de 2026, com o propósito central de **melhorar as condições de vida da população**, reforçar a **coesão social**, promover o **desenvolvimento sustentável do território** e assegurar uma gestão pública **moderna, transparente e próxima dos cidadãos**.

A elaboração dos documentos previsionais para 2026 resulta de um exercício marcado por **prudência**, **rigor orçamental** e **responsabilidade financeira**, indispensáveis num contexto em que as necessidades da população exigem respostas de qualidade e em que a utilização dos recursos públicos deve obedecer aos princípios da boa gestão e da estabilidade financeira. O novo Executivo assume, por isso, o compromisso de desenvolver uma política orçamental **equilibrada e sustentável**, garantindo que cada despesa é devidamente justificada e proporcional aos recursos existentes.

Este orçamento reflete, assim, uma visão renovada, sustentada nos princípios da **eficiência**, **eficácia** e **economia**, assegurando que as políticas públicas implementadas respondem às reais necessidades do território e aos desafios identificados. A prossecução dos interesses próprios das populações que a Junta de Freguesia representa continuará a ser o eixo central da ação do Executivo, sendo concretizada através de uma gestão responsável, transparente e determinada em promover o bem-estar e a qualidade de vida de todos os fregueses.

Enquadramento Macroeconómico

A elaboração do Orçamento para 2026 decorre num contexto económico nacional moderadamente positivo, ainda condicionado por fatores de incerteza internacional, exigindo prudência, rigor e gestão eficiente dos recursos públicos.

De acordo com o **Orçamento do Estado para 2026**, prevê-se que a economia portuguesa mantenha uma trajetória de crescimento sustentado, com o **PIB real a aumentar 2,3%**, acima da estimativa para 2025. Esta evolução será impulsionada pela procura interna, em particular pelo investimento e pelo consumo privado, enquanto as exportações deverão registar um comportamento mais moderado, influenciado pelo contexto económico europeu e pelas tensões geopolíticas internacionais.

Indicador	2024	2025	2026
PIB	2,1	2,0	**2,3**
Consumo privado	3,0	3,4	**2,7**
Consumo público	1,5	1,5	**1,2**
Investimento (FBCF)	4,2	3,6	**5,5**
Exportações de bens e serviços	3,1	3,6	**2,5**
Importações de bens e serviços	4,8	4,0	**3,6**
Procura interna (p.p.)	2,9	3,2	**3,1**
Procura externa líquida (p.p.)	-0,7	-1,2	**-0,9**
Deflator do PIB	4,8	3,6	**2,5**
IHPC	2,7	2,4	**2,1**
Emprego	0,7	1,7	**0,9**
Taxa de desemprego (%)	6,4	6,1	**6,0**
Produtividade aparente do trabalho	1,4	0,3	**1,4**
Remuneração por trabalhador	7,5	5,4	**5,3**
Saldo balança corrente e capital (% PIB)	2,8	3,1	**3,0**
Saldo balança corrente	1,7	1,1	**0,7**
Saldo balança capital	1,0	2,0	**2,3**

Cenário macroeconómico: Instituto Nacional de Estatística; Ministério das Finanças

A **inflação (IHPC)** deverá reduzir-se para **2,1%** em 2026, aproximando-se do objetivo do Banco Central Europeu. Apesar deste abrandamento, persistem pressões significativas nos

preços dos serviços essenciais, energia e bens alimentares, condicionando os custos operacionais das entidades do setor social.

O mercado de trabalho deverá continuar a evoluir positivamente, com um aumento de **0,9% no emprego** e a estabilização da **taxa de desemprego nos 6,0%**. As **remunerações por trabalhador deverão crescer 5,3%**, refletindo a política de rendimentos e as atualizações salariais transversais.

No plano das contas públicas, prevê-se um **saldo ligeiramente excedentário (0,1% do PIB)** e a continuação da trajetória de redução da dívida pública para **87,8% do PIB**, reforçando a estabilidade financeira. A execução dos fundos europeus (PT2030 e PRR) continuará a ser determinante para o investimento público e privado e uma variável crítica para o desempenho económico em 2026.

Orçamento SNC-AP

O **novo normativo contabilístico** aplicável às autarquias — o **SNC-AP** — introduz uma forma renovada de registo da **receita** e da **despesa**, assente numa lógica mais completa e integrada, destacando-se a introdução da **Classe 0** e a reformulação dos mapas e demonstrações previsionais anteriormente previstos no POCAL. Este modelo abandona o enfoque exclusivo na **classificação económica** e procura articular, de forma mais transparente, a informação da receita com a da despesa, permitindo a obtenção de **indicadores orçamentais fundamentais** para a leitura da sustentabilidade financeira das entidades públicas.

Entre esses indicadores destacam-se:

- **Saldo Global** – diferença entre **receita efetiva** e **despesa efetiva**;
- **Saldo Primário** – diferença entre **receita efetiva** e **despesa efetiva deduzida dos juros**;
- **Saldo Corrente** – diferença entre **receitas correntes** e **despesas correntes**;
- **Saldo de Capital** – diferença entre **receitas de capital** e **despesas de capital**.

Estes indicadores, previstos no SNC-AP, permitem uma avaliação mais rigorosa da trajetória financeira, traduzindo uma visão mais completa da gestão da autarquia.

Nos termos do novo normativo, o Orçamento deve assumir necessariamente uma **perspetiva de médio prazo**, refletindo não apenas as necessidades do exercício imediato, mas também os impactos futuros das políticas públicas e dos compromissos assumidos.

Assim, o Orçamento de 2026 integra uma leitura prospetiva enquadrada num cenário económico caracterizado por maior **estabilidade**, uma **inflação moderada** e expectativas de **crescimento económico positivo**.

Apesar deste contexto mais favorável, subsistem **pressões significativas sobre a estrutura de custos** das entidades públicas, exigindo uma abordagem prudente, realista e sustentada na definição das prioridades orçamentais.

A **taxa de inflação projetada de 2,1%** foi considerada como referência técnica para a atualização das principais rubricas do Orçamento, assegurando coerência com as previsões macroeconómicas oficiais e com as orientações europeias de estabilidade de preços. Consequentemente, as atualizações previstas foram definidas com base nesta taxa, garantindo critérios uniformes, prudentes e fundamentados para a construção das estimativas de receita e despesa.

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Receita corrente	0,00 €	1.720.769,47 €	1.720.769,47 €	1.756.905,61 €	1.793.041,79 €	1.829.177,96 €	1.865.314,11 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	70.994,00 €	70.994,00 €	72.484,87 €	73.975,75 €	75.466,62 €	76.957,50 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	70.994,00 €	70.994,00 €	72.484,87 €	73.975,75 €	75.466,62 €	76.957,50 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00 €	17.143,00 €	17.143,00 €	17.503,00 €	17.863,00 €	18.223,01 €	18.583,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	10,00 €	10,00 €	10,21 €	10,42 €	10,63 €	10,84 €
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	1.515.578,47 €	1.515.578,47 €	1.547.405,62 €	1.579.232,76 €	1.611.059,93 €	1.642.887,07 €
R5.1	Transferências correntes	0,00 €	1.515.578,47 €	1.515.578,47 €	1.547.405,62 €	1.579.232,76 €	1.611.059,93 €	1.642.887,07 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	1.515.528,47 €	1.515.528,47 €	1.547.354,57 €	1.579.180,66 €	1.611.006,78 €	1.642.832,87 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	483.415,76 €	483.415,76 €	493.567,49 €	503.719,22 €	513.870,96 €	524.022,69 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	10.032,00 €	10.032,00 €	10.242,67 €	10.453,34 €	10.664,02 €	10.874,69 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	167.493,00 €	167.493,00 €	171.010,35 €	174.527,71 €	178.045,06 €	181.562,41 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	854.587,71 €	854.587,71 €	872.534,06 €	890.480,39 €	908.426,74 €	926.373,08 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	0,00 €	50,00 €	50,00 €	51,05 €	52,10 €	53,15 €	54,20 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	0,00 €	117.034,00 €	117.034,00 €	119.491,70 €	121.949,44 €	124.407,14 €	126.864,86 €
R7	Outras receitas correntes	0,00 €	10,00 €	10,00 €	10,21 €	10,42 €	10,63 €	10,84 €
	Receita de capital	0,00 €	30,00 €	30,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva (1)	0,00 €	1.720.799,47 €	1.720.799,47 €	1.756.905,61 €	1.793.041,79 €	1.829.177,96 €	1.865.314,11 €
	Receita não efetiva (2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita de capital	0,00 €	30,00 €	30,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita total (3)=(1)+(2)	0,00 €	1.720.799.47 €	1.720.799.47 €	1.756.905.61 €	1.793.041,79 €	1.829.177,96 €	1.865.314,11 €

Q.01 –Orçamento SNC-AP (Receita)

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Despesa Corrente	0,00 €	1.706.269,47 €	1.706.269,47 €	1.742.375,61 €	1.778.511,79 €	1.814.647,96 €	1.850.784,11 €
D1	Despesas com o pessoal	0,00 €	773.377,15 €	773.377,15 €	789.618,05 €	805.858,99 €	822.099,94 €	838.340,87 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00 €	592.096,42 €	592.096,42 €	604.530,44 €	616.964,47 €	629.398,51 €	641.832,56 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00 €	29.200,91 €	29.200,91 €	29.814,13 €	30.427,35 €	31.040,58 €	31.653,79 €
D1.3	Segurança social	0,00 €	152.079,82 €	152.079,82 €	155.273,48 €	158.467,17 €	161.660,85 €	164.854,52 €
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00 €	551.126,32 €	551.126,32 €	562.699,97 €	574.273,63 €	585.847,28 €	597.420,93 €
D3	Juros e outros encargos	0,00 €	100,00 €	100,00 €	102,10 €	104,20 €	106,30 €	108,40 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	229.896,00 €	229.896,00 €	234.998,32 €	240.130,63 €	245.262,93 €	250.395,23 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	181.952,00 €	181.952,00 €	185.772,99 €	189.593,98 €	193.414,98 €	197.235,97 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	10.432,00 €	10.432,00 €	10.651,07 €	10.870,14 €	11.089,22 €	11.308,29 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	10.432,00 €	10.432,00 €	10.651,07 €	10.870,14 €	11.089,22 €	11.308,29 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	171.520,00 €	171.520,00 €	175.121,92 €	178.723,84 €	182.325,76 €	185.927,68 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	47.944,00 €	47.944,00 €	49.225,33 €	50.536,65 €	51.847,95 €	53.159,26 €
D5	Outras despesas correntes	0,00 €	151.770,00 €	151.770,00 €	154.957,17 €	158.144,34 €	161.331,51 €	164.518,68 €
	Despesa de capital	0,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €
D6	Aquisição de bens de capital	0,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva (4)	0,00 €	1.720.799,47 €	1.720.799,47 €	1.756.905,61 €	1.793.041,79 €	1.829.177,96 €	1.865.314,11 €
	Despesa não efetiva (5)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa de capital	0,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Q.02 –Orçamento SNC-AP (Despesa)

A criação de **rubricas próprias** nas demonstrações orçamentais previstas no SNC-AP permite **normalizar a estrutura** destes elementos de relato, aproximando-as das demonstrações financeiras e afastando o modelo tradicional do POCAL, onde a execução orçamental era apresentada de forma integral através dos classificadores económicos. Com esta alteração, deixa de ser necessário apresentar as demonstrações orçamentais ao

nível máximo de detalhe do **classificador económico da receita e da despesa**, privilegiando-se uma estrutura mais sintética, coerente e comparável entre entidades. Apesar de as novas demonstrações não se encontrarem desagregadas ao nível do detalhe do classificador económico, existe uma **correspondência direta** entre os códigos da **Classificação Económica da Receita e da Despesa**, estabelecida no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas previstas nas demonstrações orçamentais do SNC-AP. Esta correspondência assegura consistência entre o modelo normativo e o tratamento interno da informação financeira.

Todavia, sendo a finalidade essencial de uma **demonstração previsional** indicar **de que modo** e **em que montante** se prevê **arrecadar recursos** e **afetar esses recursos à prossecução das políticas públicas**, entende o Executivo que a informação apresentada nas demonstrações orçamentais, embora suficiente para cumprimento normativo, pode revelar-se **insuficiente para uma compreensão detalhada** da execução prevista. Por este motivo, e em nome da **transparência**, da **clareza** e da **responsabilização**, opta-se por **desdobrar e complementar** esta informação nos capítulos seguintes, apresentando um enquadramento mais detalhado sobre as fontes de receita e sobre as despesas associadas às diferentes áreas de intervenção.

Recursos Financeiros

Os dados orçamentais históricos, bem como a atividade desenvolvida ao longo do exercício de 2025, constituíram elementos essenciais na preparação das **Opções do Plano** e do **Orçamento para 2026**, permitindo uma leitura consistente da evolução da receita e da despesa. A gestão realizada no último exercício, pautada pelo rigor, controlo e equilíbrio entre os fluxos financeiros de **entrada** (recebimentos/receitas) e **saída** (compromissos/pagamentos/despesa), sustenta a definição das previsões agora apresentadas.

Em termos globais, o **Orçamento de 2026** regista uma redução de **7,44%** face ao orçamento inicial de 2025, correspondente a um decréscimo absoluto de **138.270,51 euros**, refletindo a atualização das dotações em função da inflação prevista, das necessidades identificadas e dos compromissos assumidos para o primeiro ano do novo ciclo autárquico.

	2026	%	2025	%	Variação	%
Receitas Correntes	1 720 769,47 €	100,00%	1 859 039,98 €	100,00%	- 138 270,51 €	
Receitas de Capital	30,00 €	0,00%	30,00 €	0,00%	- €	
	1 720 799,47 €		**1 859 069,98 €**		**- 138 270,51 €**	**-7,44%**

Q.03 –Orçamento Receitas 2026 vs 2025

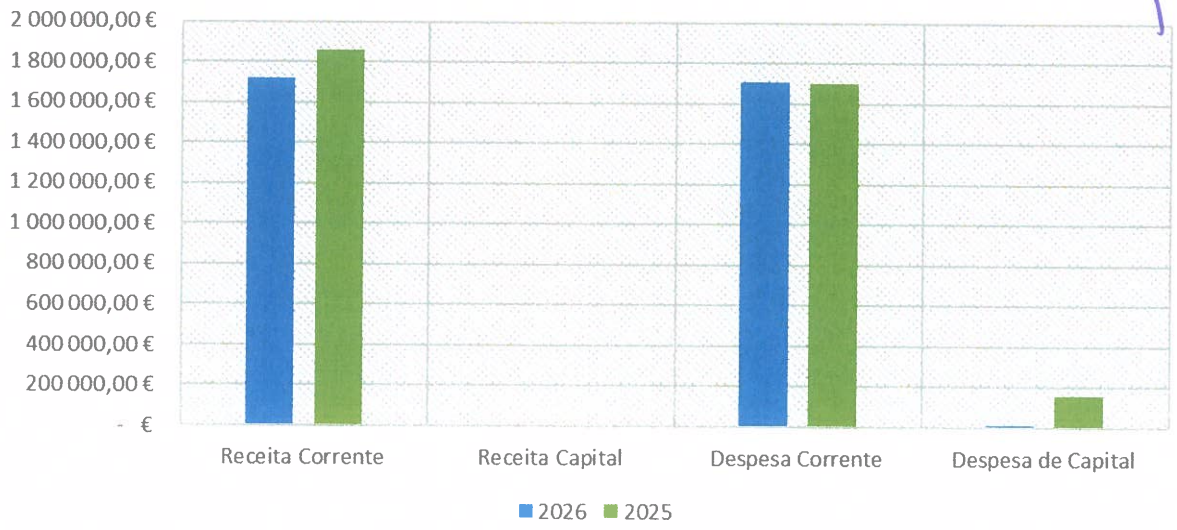
	2026	%	2025	%	Variação	%
Despesas Correntes	1 706 269,47 €	99,16%	1 697 406,52 €	91,30%	8 862,95 €	
Despesas de Capital	14 530,00 €	0,84%	161 663,46 €	8,70%	- 147 133,46 €	
	1 720 799,47 €		**1 859 069,98 €**		**- 138 270,51 €**	**-7,44%**

Q.04 –Orçamento Despesas 2026 vs 2025

A previsão de receitas e de despesas para o próximo ano é de **1.720.799,47 euros**. A **receita corrente** atingirá um montante de **1.720.769,47 euros**, enquanto a **receita de capital** se fixa em **30,00 euros**. Do lado da despesa, a **despesa corrente** ascenderá a **1706.269,47 euros**, e a **despesa de capital** totalizará **14.530,00 euros**.

Em termos relativos, verifica-se neste orçamento que a **receita corrente representa 100% da receita total.** Na componente da despesa, o peso relativo das **despesas correntes fixa-se em 99,16%**, enquanto as **despesas de capital representam 0,84%** do total.

F.01 - Evolução das Receitas e das Despesas

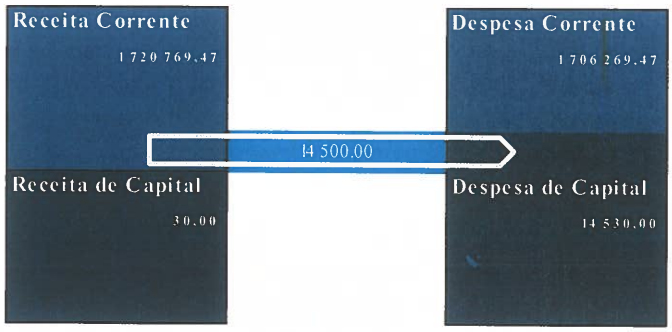


Receitas	Valor
Receitas Correntes	**1 720 769,47 €**
Impostos directos	70 994,00 €
Impostos indirectos	- €
Taxas, multas e outras penalidades	17 143,00 €
Rendimentos da propriedade	10,00 €
Transferências correntes	1 515 578,47 €
Venda de bens e serviços correntes	117 034,00 €
Outras receitas correntes	10,00 €
Receitas de Capital	**30,00 €**
Venda de bens de investimento	10,00 €
Transferências de capital	10,00 €
Ativos financeiros	- €
Passivos financeiros	- €
Outras receitas de capital	10,00 €
Total	**1 720 799,47 €**

Despess	Valor
Despesas Correntes	**1 706 269,47 €**
Despesas com o pessoal	774 078,07 €
Aquisição de bens e serviços	550 425,40 €
Juros e outros encargos	100,00 €
Transferências correntes	181 952,00 €
Subsídios	47 944,00 €
Outras despesas correntes	151 770,00 €
Despesas de Capital	**14 530,00 €**
Aquisição de bens de capital	14 530,00 €
Transferências de capital	- €
Activos financeiros	- €
Passivos financeiros	- €
Outras despesas de capital	- €
Total	**1 720 799,47 €**

Q.05 – Orçamento por classificação económica

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas será aprofundada em capítulos subsequentes.



Q.06 – Poupança Corrente

O saldo corrente regista um superavit de 14.500,00 euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital

Rácios	2026	2025
Rácios da Receita		
Impostos / Total das receitas	4,13%	3,67%
Taxas / Total das receitas	1,00%	0,93%
Transferências / Total receitas	88,07%	89,09%
Venda de bens / Total das receitas	6,80%	6,31%
Rácios da Despesa		
Despesa Pessoal / Total da despesa	44,98%	39,38%
Bens e Serviços / Total da despesa	31,99%	30,62%
Transferências / Total da despesa	10,57%	9,79%
Investimento / Total despesa	0,84%	8,70%

Q.07 – Rácios Orçamentais

Numa perspetiva dinâmica e mais abrangente, e com suporte nas dotações previstas para 2026, verifica-se um aumento do peso das transferências sobre o total das receitas.

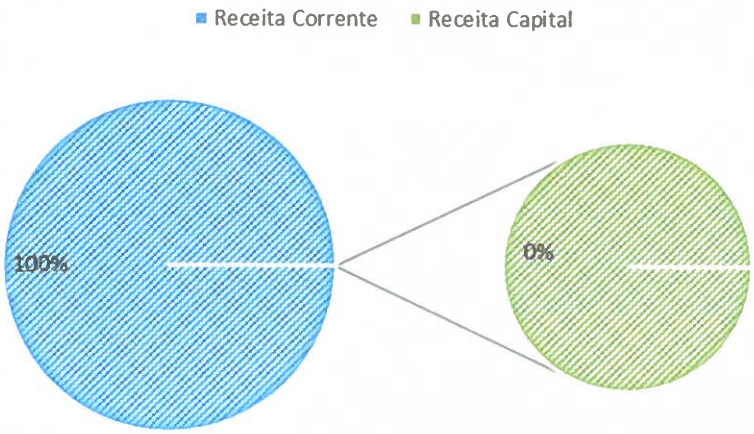
Previsão das Receitas

Da receita total, prevê-se que a sua origem advenha da receita corrente com 1.720 mil euros (representando 100% do total da receita).

	2026	%	2025	%	Variação
Receitas Correntes	**1 720 769,47 €**	**100,00%**	**1 859 039,98 €**	**100,00%**	**- 138 270,51 €**
Impostos directos	70 994,00 €	4,13%	68 168,00 €	3,67%	2 826,00 €
Impostos indirectos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Taxas, multas e outras penalidad	17 143,00 €	1,00%	17 368,00 €	0,93%	- 225,00 €
Rendimentos da propriedade	10,00 €	0,00%	10,00 €	0,00%	- €
Transferências correntes	1 515 578,47 €	88,08%	1 656 180,58 €	89,09%	- 140 602,11 €
Venda de bens e serviços corrent	117 034,00 €	6,80%	117 303,40 €	6,31%	- 269,40 €
Outras receitas correntes	10,00 €	0,00%	10,00 €	0,00%	- €
Receitas de Capital	**30,00 €**	**0,00%**	**30,00 €**	**0,00%**	**- €**
Venda de bens de investimento	10,00 €	33,33%	10,00 €	33,33%	- €
Transferências de capital	10,00 €	33,33%	10,00 €	33,33%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras receitas de capital	10,00 €	33,33%	10,00 €	33,33%	- €
	1 720 799,47 €	**100,00%**	**1 859 069,98 €**	**100,00%**	**- 138 270,51 €**

Q.08 – Orçamento da Receita por classificação económica

F.02 ESTRUTURA DA RECEITA



Receitas Correntes

Ao nível das receitas correntes, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são as seguintes:

01.	Impostos diretos SNC-AP Rúbrica R1	Montante	70 994,00 €

Neste capítulo serão contabilizados os impostos diretos estabelecidos na Lei das Finanças Locais para as Freguesias, designadamente o imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios rústicos e 1% do imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios urbanos.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**01**						**Impostos directos**	**70 994,00 €**
01	01	02					Outros	
01	**01**	**02**	**02**				**Imposto municipal sobre imóveis**	**70 994,00 €**

04.	Taxas, multas e outras penalidades	Montante	17 143,00 €
	SNC-AP Rúbrica R3		

Neste capítulo serão contabilizadas as taxas específicas das autarquias locais, nomeadamente as taxas relativas ao registo e licenciamento de canídeos e aos atestados.

No grupo das 04.01 - Taxas inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartidas da emissão de licenças e da prestação de serviços. Neste grupo das taxas só constituem receita das autarquias locais as verbas a inscrever na conta 04.01.23. Taxas específicas das autarquias locais.

Com efeito, de acordo com as notas explicativas do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a classificação 04.01.23 — Taxas específicas das autarquias locais deve ser utilizada para o registo das receitas provenientes da cobrança de taxas municipais estabelecidas na Lei das Finanças Locais, as quais devem ser individualizadas por tipologia de taxa. Assim, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 – Impostos indiretos.

De forma a uniformizar a classificação das taxas cobradas pelas autarquias, e tendo em conta as desagregações existentes no classificador económico previsto no POCAL e a desagregação do Plano de Contas Central da UniLEO, em SNC-AP, apresenta-se no quadro seguinte a nova desagregação do grupo 04.01 – Taxas do capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2020.

Classificação Económica	Descrição
04	Taxas, multas e outras penalidades:
04.01	Taxas
04.01.23	Taxas específicas das autarquias locais
...	
04.01.23.04	Animais
..	
04.01.23.99	Outras taxas específicas das autarquias locais
...	
04.01.23.99.09	Cemitérios
04.01.23.99.99	Outras

No grupo das 04.02 - Multas e outras penalidades engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei e de regulamentos.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**04**						**Taxas, multas e outras penalidades**	**17 143,00 €**
01	04	01					Taxas	
01	04	01	23				Taxas específicas das autarquias locais	
01	**04**	**01**	**23**				**Licença de Colocação de Utensílios no Cemitério**	
01	**04**	**01**	**23**	**04**			**Animais**	**3 966,00 €**
01	04	01	23	99			Outras	
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**09**		**Cemitérios**	**3 053,00 €**
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**		**Outras**	
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**01**	**Atestados**	**5 291,00 €**
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**02**	**Autenticação de Fotocopias**	**342,00 €**
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**03**	**Licença de Colocação de Utensílios no Cemitério**	
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**04**	**Adesão ao serviço de mediação**	**280,00 €**
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**05**	**Venda Ambulante**	**4 181,00 €**
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**06**	**Balneários / Sanitários**	**10,00 €**
01	**04**	**01**	**23**	**99**	**99**	**99**	**Outras**	**10,00 €**
01	04	02					Multas e outras penalidades	
01	**04**	**02**	**99**				**Multas e penalidades diversas**	**10,00 €**

05. Rendimentos de propriedade — Montante 10,00 €

SNC-AP Rúbrica R4

Neste capítulo serão contabilizadas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos, edifícios e outros ativos incorpóreos.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**05**						**Rendimentos da propriedade**	**10,00 €**
01	05	02					Juros - Sociedades financeiras	
01	**05**	**02**	**01**				**Bancos e outras instituições financeiras**	**10,00 €**

06. Transferências correntes — Montante 1 515 578,47 €

SNC-AP Rúbrica R5

Este capítulo contabiliza os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A rúbrica 06.03.01.04 contempla a verba relativa ao Fundo Financiamento das Freguesias prevista em Orçamento de Estado. A rúbrica 06.03.01.05 engloba a verba respeitante às transferências da DGAL para comparticipar os encargos previstos no art. 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com a Lei n.º 11/96, de 18 de abril. A rúbrica 06.03.01.06 engloba a verba relativa à transferência de Competências prevista na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

A rúbrica 06.05.01 compreende as receitas provenientes do Município, em especial as previstas na delegação de competências e nos acordos de execução.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**06**						**Transferências correntes**	**1 515 578,47 €**
01	06	01					Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
01	06	01	01				Públicas	
01	**06**	**01**	**01**	**02**			**Empresas públicas municipais e intermunicipais**	**30,00 €**
01	06	03					Administração central	
01	06	03	01				Estado	
01	**06**	**03**	**01**	**04**			**Fundo de Financiamento das Freguesias**	**402 292,00 €**
01	**06**	**03**	**01**	**05**			**Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013**	**38 849,00 €**
01	**06**	**03**	**01**	**06**			**Transferência de Competências - Lei n.º50/2018**	**10,00 €**
01	**06**	**03**	**01**	**07**			**Transferência Eleitos Locais**	**42 264,76 €**
01	**06**	**03**	**01**	**99**			**Outras**	
01	06	03	09				Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	
01	06	03	09	01			Instituto do Emprego e Formação Profissional	
01	**06**	**03**	**09**	**01**	**99**		**Outros (IEFP-CEI+)**	**10 032,00 €**
01	06	05					Administração local	
01	06	05	01				Continente	
01	**06**	**05**	**01**	**01**			Municipios	
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**01**		**Contrato Interadministrativo**	**568 746,49 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**02**		**Porto Lazer Festas na Cidade**	
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**03**		**Recenseamentos, Eleições, Referendos**	**855,00 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**04**		**Espaço do Cidadão**	**4 966,22 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**05**		**Orçamento Colaborativo**	**150 000,00 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**06**		**Orçamento Colaborativo - Elaboração do Projeto**	**5 000,00 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**07**		**Mesas de Voto - Comparticipação**	**10,00 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**08**		**Fundo de Apoio ao Associativismo**	**120 000,00 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**09**		**Fundo de Apoio ao Associativismo – Elaboração do Projeto**	**5 000,00 €**
01	**06**	**05**	**01**	**01**	**99**		**Outros**	**10,00 €**
01	06	06					Segurança social	
01	06	06	01				Sistemas de solidariedade e segurança social	**167 493,00 €**
01	06	07					Instituições sem fins lucrativos	
01	06	07	01				Instituições sem fins lucrativos	
01	**06**	**07**	**01**	**01**			**Protocolo com a ADILO - Segurança Social**	**10,00 €**
01	**06**	**07**	**01**	**02**			**Protocolo com a ADILO - Acerto Trimestral**	**10,00 €**

07.	Venda de bens e serviços correntes	Montante	117 034,00 €
	SNC-AP Rúbrica R6		

Neste Capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos. Este capítulo desagrega-se por norma em três grupos: 07.01 — «Venda de bens» - engloba as receitas da venda de produtos relacionados com a atividade de forma direta ou indireta; 07.02 — «Serviços» - engloba as receitas resultantes da utilização de espaços e da prestação de serviços específicos das autarquias; 07.03 — «Rendas» - abrange as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**07**						**Venda de bens e serviços correntes**	**117 034,00 €**
01	07	01					Venda de bens	
01	07	01	08				Mercadorias	
01	**07**	**01**	**08**	**01**			**Mercadorias**	**10,00 €**
01	07	02					Serviços	
01	07	02	08				Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	
01	07	02	08	01			Serviços sociais	
01	**07**	**02**	**08**	**01**	**99**		**Outros**	**10,00 €**
01	07	02	08	02			Serviços recreativos	
01	**07**	**02**	**08**	**02**	**99**		**Outros**	
01	**07**	**02**	**08**	**02**	**99**	**01**	**Comparticipação no Passeio Anual**	**7 505,00 €**
01	**07**	**02**	**08**	**02**	**99**	**02**	**Comparticipação nos passeios culturais**	**9 444,00 €**
01	**07**	**02**	**08**	**02**	**99**	**04**	**Comparticipação dos utentes do Centro Social Arrabida**	**45 803,00 €**
01	**07**	**02**	**08**	**02**	**99**	**05**	**Comparticipação dos utentes do Centro Convivio de Massarelos**	**2 147,00 €**
01	**07**	**02**	**08**	**02**	**99**	**99**	**Outros**	**10,00 €**
01	07	02	09				Serviços específicos das autarquias	
01	07	02	09	05			Cemitérios	
01	**07**	**02**	**09**	**05**	**01**		**Aluguer de Utensilios**	**10,00 €**
01	**07**	**02**	**09**	**05**	**02**		**Ocupação de Ossários**	**863,00 €**
01	**07**	**02**	**09**	**05**	**03**		**Cedência perpétua de terrenos**	**14 463,00 €**
01	**07**	**02**	**09**	**05**	**04**		**Inumações e Exumações**	**7 340,00 €**
01	**07**	**02**	**09**	**05**	**99**		**Outros**	**10,00 €**
01	07	02	99				Outros	
01	**07**	**02**	**99**	**01**			**Posto de Correios**	**9 021,00 €**
01	**07**	**02**	**99**	**02**			**Espaço do Cidadão**	**314,00 €**
01	**07**	**02**	**99**	**99**			**Outros**	**10,00 €**
01	07	03					Rendas	
01	07	03	02				Edificios	
01	**07**	**03**	**02**	**02**			**Espaço Comercial do Cemiterio**	**20 064,00 €**
01	**07**	**03**	**02**	**99**			**Outros**	**10,00 €**

08.	Outras Receitas Correntes	Montante	10,00 €
	SNC-AP Rúbrica R7		

Inclui as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores da receita corrente.

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**08**						**Outras receitas correntes**	**10,00 €**
01	08	01					Outras	
01	08	01	99				Outras	
01	**08**	**01**	**99**	**99**			**Diversas**	**10,00 €**

Receitas de Capital

Ao nível das receitas de capital, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são esquematicamente as seguintes:

09.	Venda de bens de investimento	Montante	10,00 €
	SNC-AP Rúbrica R8		

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se normalmente em quatro grupos:

09.01 — «Terrenos»;

Engloba as receitas provenientes da alienação de terrenos, de harmonia com a legislação em vigor. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos terrenos que se

encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.02 — «Habitações»;

Incluem-se as receitas oriundas da alienação de imóveis destinados a habitações. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, das habitações que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.03 — «Edifícios»;

Abrange o produto da alienação de edifícios construídos ou adquiridos para fins diferentes dos da habitação, tais como instalação de serviços, escolas, creches, pavilhões desportivos, bibliotecas, armazéns e garagens. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos edifícios que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.04 — «Outros bens de investimento».

Englobam-se as receitas provenientes da alienação de construções diversas, melhoramentos fundiários, material de transporte, maquinaria e equipamento, animais, investimentos incorpóreos, etc. Inclui-se também o produto da alienação de viaturas automóveis dadas como incapazes. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação de bens de investimento não classificáveis nos grupos anteriores deste capítulo, como por exemplo, os barcos e tratores de estrada, incluindo as alienações em hasta pública. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**09**						**Venda de bens de investimento**	**10,00 €**
01	09	04					Outros bens de investimento	
01	09	04	01				Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
01	**09**	**04**	**01**	**01**			**Equipamento de transporte**	**10,00 €**

10.	Transferências de Capital SNC-AP Rúbrica R9	Montante	10,00 €

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

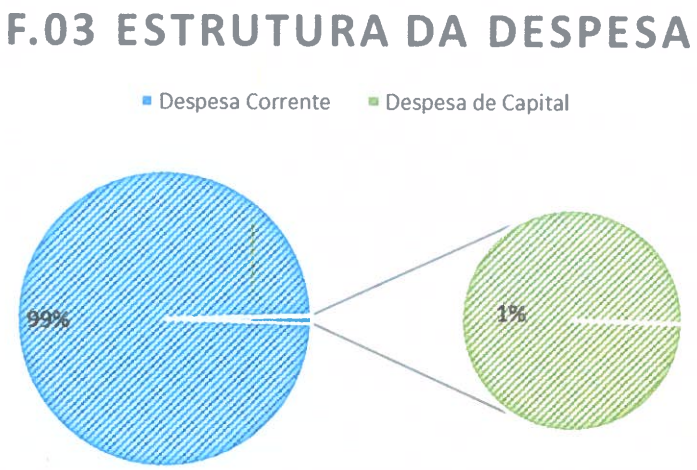
Classificação Económica							Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R	...		
01	**10**						**Transferências de capital**	**10,00 €**
01	10	01					Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
01	10	01	01				Públicas	
01	**10**	**01**	**01**	**99**			**Outras**	**10,00 €**

Previsão das Despesas

Da despesa total, prevê-se que 1 706 mil euros sejam afetados em despesa corrente (99,16%) e 14 mil euros em despesa de capital (0,84%).

	2026	%	2025	%	Variação
Despesas Correntes	**1 706 269,47 €**	**99,16%**	**1 697 406,52 €**	**91,30%**	**8 862,95 €**
Despesas com o pessoal	774 078,07 €	45,37%	732 094,92 €	43,13%	41 983,15 €
Aquisição de bens e serviços	550 425,40 €	32,26%	569 155,40 €	33,53%	- 18 730,00 €
Juros e outros encargos	100,00 €	0,01%	100,00 €	0,01%	- €
Transferências correntes	181 952,00 €	10,66%	181 952,00 €	10,72%	- €
Subsídios	47 944,00 €	2,81%	47 465,20 €	2,80%	478,80 €
Outras despesas correntes	151 770,00 €	8,89%	166 639,00 €	9,82%	- 14 869,00 €
Despesas de Capital	**14 530,00 €**	**0,84%**	**161 663,46 €**	**8,70%**	**- 147 133,46 €**
Aquisição de bens de capital	14 530,00 €	100,00%	161 663,46 €	100,00%	- 147 133,46 €
Transferências de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras despesas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
	1 720 799,47 €	**100,00%**	**1 859 069,98 €**	**100,00%**	**- 138 270,51 €**

Q.09 – Orçamento da Despesa por classificação económica



As Unidades Orgânicas

A despesa encontra-se desdobrada por Unidade Orgânica apresentando o seguinte desdobramento:

Unidade Orgânica	DESPESA	%
01 - Administração Local	940 888,78	54,68%
02 - Serviços Administrativos	399 519,94	23,22%
03 - Posto de enfermagem	0,00	0,00%
04 - Cemitério	95 861,20	5,57%
05 - Centro Social da Arrábida	177 010,47	10,29%
07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT	73 719,01	4,28%
08 - Centro de Convívio de Massarelos	33 800,07	1,96%
TOTAL	1 720 799,47 €	100,00%

Q.10 – Orçamento da Despesa por Unidade Orgânica

Código	Designação	01 - Administração Local	02 - Serviços Administrativos	04 - Cemitério	05 - Centro Social da Arrábida	07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT	08 - Centro de Convívio de Massarelos
	Despesas Correntes						
01	Despesas com o pessoal	142 847,38 €	355 359,94 €	83 761,20 €	100 560,47 €	71 709,01 €	19 840,07 €
02	Aquisição de bens e serviços	404 505,40 €	42 410,00 €	12 100,00 €	75 450,00 €	2 000,00 €	13 960,00 €
03	Juros e outros encargos	100,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
04	Transferências correntes	181 952,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
05	Subsídios	47 944,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
06	Outras despesas correntes	150 010,00 €	1 750,00 €	- €	- €	10,00 €	- €
	Total das despesas Correntes	927 358,78 €	399 519,94 €	95 861,20 €	176 010,47 €	73 719,01 €	33 800,07 €
	Despesas de Capital						
07	Aquisição de bens de capital	13 530,00 €	- €	- €	1 000,00 €	- €	- €
08	Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09	Activos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
10	Passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
11	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €
17	Operações extra-orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Total das despesas de Capital	13 530,00 €	- €	- €	1 000,00 €	- €	- €
	Total geral	940 888,78 €	399 519,94 €	95 861,20 €	177 010,47 €	73 719,01 €	33 800,07 €

Q.11 – Orçamento da Despesa por Unidade Orgânica e Classificação Orçamental

Despesas Correntes

As despesas correntes apresentam o seguinte desdobramento:

01	Pessoal	Montante	774 078,07 €
	SNC-AP Rúbrica D1		

Neste capítulo devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

01.01.01. Remunerações certas e permanentes – Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos. Consideram-se as remunerações legalmente aprovadas para os membros dos órgãos autárquicos. Nesta rúbrica estão ainda a ser contabilizados o tempo inteiro do presidente, o tempo inteiro do tesoureiro, o meio tempo de dois vogais, as compensações e as senhas de presença dos vogais e dos membros da assembleia.

01.01.03. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de função pública

Consideram-se os vencimentos dos funcionários e agentes que fazem parte dos quadros legalmente aprovados e que estejam em serviço efetivo.

01.01.04. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho

Consideram-se as remunerações do pessoal abrangido pelo contrato individual de trabalho.

01.01.07. Remunerações certas e permanentes – Pessoal em regime de tarefa ou de avença

Consideram-se, rigorosa e limitativamente, apenas, os indivíduos que se encontrem abrangidos pelos contratos de tarefa ou pelos contratos de avença, celebrados nos termos da legislação em vigor.

01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação

Atribui-se-lhe, em relação às rubricas de pessoal atrás caracterizadas, uma natureza residual.

01.03.02. Segurança social – Outros encargos com a saúde

Engloba as despesas com as aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira, correspondentes a reembolsos a funcionários e agentes das autarquias locais.

01.03.05. Segurança social – Contribuições para a segurança social

Engloba as despesas com o pagamento pela autarquia local, como entidade patronal, de quotas ou contribuições para organismos dependentes da segurança social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações.

01.03.10. Segurança social – Outras despesas de segurança social

Engloba as despesas relativas à comparticipação à segurança social na qualidade de entidade contratante.

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**01**					**Despesas com o pessoal**	**142 847,38 €**
01	01	01				Remunerações certas e permanentes	
01	**01**	**01**	**01**			**Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquic**	**79 976,84 €**
01	**01**	**01**	**11**			**Representação**	**17 577,48 €**
01	**01**	**01**	**13**			**Subsidio de refeição**	**3 024,00 €**
01	**01**	**01**	**14**			**Subsídio de férias e de Natal**	**12 555,20 €**
01	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
01	**01**	**02**	**06**			**Formação**	**10,00 €**
01	01	02	13			Outros suplementos e prémios	
01	01	02	13	02		**Outros**	**10,00 €**
01	01	02	13	03		**Senhas de Presença**	
01	**01**	**02**	**13**	03	**01**	**Senhas de presença do executivo**	**787,64 €**
01	**01**	**02**	**13**	03	**02**	**Senhas de presença da Assembleia**	**2 858,55 €**
01	01	03				Segurança social	
01	01	03	05			Contribuições para a segurança social	
01	01	03	05	01		ADSE	
01	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	
01	**01**	**03**	**05**	**02**	**01**	**Caixa Geral de Aposentações**	**0,00 €**
01	**01**	**03**	**05**	**02**	**02**	**Segurança social - Regime geral**	**25 047,67 €**
01	01	03	09			Seguros	
01	**01**	**03**	**09**	**01**		**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**900,00 €**
01	01	03	10			Outras despesas de segurança social	
01	**01**	**03**	**10**	**99**		**Outras despesas de segurança social**	
01	**01**	**03**	**10**	**99**	**01**	**Outras despesas de segurança social**	**100,00 €**

02 - Serviços Administrativos							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
02	**01**					**Despesas com o pessoal**	**355 359,94 €**
02	01	01				Remunerações certas e permanentes	
02	01	01	03			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	
02	**01**	**01**	**03**	**01**		**Pessoal em funções**	**143 346,06 €**
02	**01**	**01**	**03**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**6 336,96 €**
02	**01**	**01**	**03**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**500,00 €**
02	01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	
02	**01**	**01**	**04**	**01**		**Pessoal em funções**	**47 203,20 €**
02	**01**	**01**	**04**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**3 168,48 €**
02	**01**	**01**	**04**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**500,00 €**
02	**01**	**01**	**04**	**04**		**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**
02	**01**	**01**	**06**			**Pessoal contratado a termo**	
02	**01**	**01**	**06**	**01**		**Pessoal em funções**	**7 832,40 €**
02	**01**	**01**	**06**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
02	**01**	**01**	**06**	**04**		**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**
02	**01**	**01**	**12**			**Suplementos e prémios**	**10,00 €**
02	**01**	**01**	**13**			**Subsidio de refeição**	**21 714,00 €**
02	**01**	**01**	**14**			**Subsídio de férias e de Natal**	**35 722,26 €**
02	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
02	**01**	**02**	**02**			**Horas extraordinárias**	**3 750,00 €**
02	**01**	**02**	**05**			**Abono para falhas**	**7 593,52 €**
02	**01**	**02**	**06**			**Formação**	**6 585,00 €**
02	**01**	**02**	**12**			**Indemnizações por cessação de funções**	**10,00 €**
02	01	03				Segurança social	
02	01	03	01			Encargos com a saúde	
02	**01**	**03**	**01**	**01**		**Serviço Nacional da Saúde**	**3 890,64 €**
02	**01**	**03**	**03**			**Subsídio familiar a criança e jovens**	**10,00 €**
02	01	03	05			Contribuições para a segurança social	
02	**01**	**03**	**05**	**01**		**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**
02	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	
02	**01**	**03**	**05**	**02**	**01**	**Caixa Geral de Aposentações**	**43 780,48 €**
02	**01**	**03**	**05**	**02**	**02**	**Segurança social - Regime geral**	**16 781,94 €**
02	01	03	09			Seguros	
02	**01**	**03**	**09**	**01**		**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**6 585,00 €**

04 - Cemitério							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
04	**01**					**Despesas com o pessoal**	**83 761,20 €**
04	01	01				Remunerações certas e permanentes	
04	01	01	03			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	
04	**01**	**01**	**03**	**01**		**Pessoal em funções**	**23 964,36 €**
04	**01**	**01**	**03**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1 584,24 €**
04	**01**	**01**	**03**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**100,00 €**
04	01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	
04	**01**	**01**	**04**	**01**		**Pessoal em funções**	**10 540,92 €**
04	**01**	**01**	**04**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1 584,24 €**
04	**01**	**01**	**04**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
04	**01**	**01**	**04**	**04**		**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**
04	01	01	06			Pessoal contratado a termo	
04	**01**	**01**	**06**	**01**		**Pessoal em funções**	**10 540,92 €**
04	**01**	**01**	**06**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
04	**01**	**01**	**06**	**04**		**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**
04	**01**	**01**	**12**			**Suplementos e prémios**	**2 634,72 €**
04	**01**	**01**	**13**			**Subsidio de refeição**	**5 544,00 €**
04	**01**	**01**	**14**			**Subsídio de férias e de Natal**	**7 507,70 €**
04	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
04	**01**	**02**	**02**			**Horas extraordinárias**	**1 500,00 €**
04	**01**	**02**	**06**			**Formação**	**1 502,00 €**
04	**01**	**12**				**Indemnização por cessação de funções**	**10,00 €**
04	01	03				Segurança social	
04	01	03	01			Encargos com a saúde	
04	**01**	**03**	**01**	**01**		**Serviço Nacional da Saúde**	**1 296,88 €**
04	01	03	02			Outros encargos com a saúde	
04	**01**	**03**	**02**	**02**		**Outros**	**10,00 €**
04	**01**	**03**	**03**			**Subsídio familiar a criança e jovens**	**180,15 €**
04	01	03	05			Contribuições para a segurança social	
04	**01**	**03**	**05**	**01**		**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**
04	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	
04	**01**	**03**	**05**	**02**	**01**	**Caixa Geral de Aposentações**	**7 253,88 €**
04	**01**	**03**	**05**	**02**	**02**	**Segurança social - Regime geral**	**6 455,19 €**
04	01	03	09			Seguros	
04	**01**	**03**	**09**	**01**		**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**1 502,00 €**

05 - Centro Social da Arrábida							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
05	**01**					**Despesas com o pessoal**	**100 560,47 €**
05	01	01				Remunerações certas e permanentes	
05	01	01	03			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	
05	**01**	**01**	**03**	**01**		**Pessoal em funções**	**35 712,96 €**
05	**01**	**01**	**03**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**2 376,36 €**
05	**01**	**01**	**03**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**100,00 €**
05	01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	
05	**01**	**01**	**04**	**01**		**Pessoal em funções**	**0,00 €**
05	**01**	**01**	**04**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
05	**01**	**01**	**04**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
05	**01**	**01**	**04**	**04**		**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**
05	**01**	**01**	**06**			Pessoal contratado a termo	
05	**01**	**01**	**06**	**01**		**Pessoal em funções**	**21 081,84 €**
05	**01**	**01**	**06**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1 574,24 €**
05	**01**	**01**	**06**	**04**		**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**
05	**01**	**01**	**13**			**Subsidio de refeição**	**6 930,00 €**
05	**01**	**01**	**14**			**Subsídio de férias e de Natal**	**9 465,80 €**
05	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
05	**01**	**02**	**02**			**Horas extraordinárias**	**1 500,00 €**
05	**01**	**02**	**06**			**Formação**	**500,00 €**
05	**01**	**02**	**12**			**Indemnizações por cessação de funções**	**10,00 €**
05	01	03				Segurança social	
05	01	03	01			Encargos com a saúde	
05	**01**	**03**	**01**	**01**		**Serviço Nacional da Saúde**	**1 621,10 €**
05	**01**	**03**	**03**			**Abono familia**	**10,00 €**
05	**01**	**03**	**05**			Contribuições para a Segurança Social	
05	**01**	**03**	**05**	**01**		**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**
05	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	
05	**01**	**03**	**05**	**02**	**01**	**Caixa Geral de Aposentações**	**10 683,56 €**
05	**01**	**03**	**05**	**02**	**02**	**Segurança social - Regime geral**	**6 371,69 €**
05	01	03	09			Seguros	
05	**01**	**03**	**09**	**01**		**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**1 872,00 €**

07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
07	**01**					**Despesas com o pessoal**	**71 709,01 €**
07	01	01				Remunerações certas e permanentes	
07	01	01	03			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	
07	**01**	**01**	**03**	**01**		**Pessoal em funções**	**44 334,00 €**
07	**01**	**01**	**03**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1 584,24 €**
07	**01**	**01**	**03**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
07	**01**	**01**	**13**			**Subsidio de refeição**	**2 772,00 €**
07	**01**	**01**	**14**			**Subsídio de férias e de Natal**	**7 389,00 €**
07	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
07	**01**	**02**	**02**			**Horas extraordinárias**	**500,00 €**
07	**01**	**02**	**05**			**Abono para falhas**	**949,20 €**
07	**01**	**02**	**06**			**Formação**	**500,00 €**
07	01	03				Segurança social	
07	01	03	01			Encargos com a saúde	
07	**01**	**03**	**01**	**01**		**Serviço Nacional da Saúde**	**648,44 €**
07	01	03	05			Contribuições para a segurança social	
07	**01**	**03**	**05**	**01**		**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**
07	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	
07	**01**	**03**	**05**	**02**	**01**	**Caixa Geral de Aposentações**	**12 512,13 €**
07	01	03	09			Seguros	
07	**01**	**03**	**09**	**01**		**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**500,00 €**

08 - Centro de Convívio de Massarelos							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
08	**01**					**Despesas com o pessoal**	**19 840,07 €**
08	01	01				Remunerações certas e permanentes	
08	01	01	03			Pessoal dos quadros - Regime de função pública	
08	**01**	**01**	**03**	**01**		**Pessoal em funções**	**10,00 €**
08	**01**	**01**	**03**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
08	**01**	**01**	**03**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
08	01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	
08	**01**	**01**	**04**	**01**		**Pessoal em funções**	**11 117,04 €**
08	**01**	**01**	**04**	**02**		**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**792,12 €**
08	**01**	**01**	**04**	**03**		**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**
08	**01**	**01**	**13**			**Subsidio de refeição**	**1 386,00 €**
08	**01**	**01**	**14**			**Subsídio de férias e de Natal**	**1 852,84 €**
08	01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
08	**01**	**02**	**02**			**Horas extraordinárias**	**250,00 €**
08	**01**	**02**	**05**			**Abono para Falhas**	**10,00 €**
08	**01**	**02**	**06**			**Formação**	**365,00 €**
08	01	03				Segurança social	
08	01	03	01			Encargos com a saúde	
08	**01**	**03**	**01**	**01**		**Serviço Nacional da Saúde**	**324,22 €**
08	01	03	05			Contribuições para a segurança social	
08	**01**	**03**	**05**	**01**		**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**
08	01	03	05	02		Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	
08	**01**	**03**	**05**	**02**	**01**	**Caixa Geral de Aposentações**	**0,00 €**
08	**01**	**03**	**05**	**02**	**02**	**Segurança social - Regime geral**	**3 327,85 €**
08	01	03	09			Seguros	
08	**01**	**03**	**09**	**01**		**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**365,00 €**

02	Aquisição de bens e serviços correntes SNC-AP Rúbrica D2	Montante 550 425,40 €

Neste capítulo incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda com a aquisição de serviços.

02.01. Aquisição de bens

Devem classificar-se neste agrupamento os bens que, em regra, tenham, pelo menos, um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento).

Incluem-se, igualmente, os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis.

02.01.15. Aquisição de bens – Prémios, condecorações e ofertas

Consideram-se as despesas referentes a bens destinados a prémios, condecorações e ofertas.

02.01.19. Aquisição de bens – Artigos honoríficos e de decoração

Engloba as despesas com artigos honoríficos, nomeadamente bandeiras, estandartes e galhardetes. Salienta-se, todavia, que as importâncias despendidas com os prémios e condecorações que se adquirem com o propósito de serem entregues a quaisquer indivíduos ou entidades são consideradas na rubrica 02.01.15. Prémios, condecorações e ofertas.

02.01.20. Aquisição de bens – Material de educação, cultura e recreio

Engloba todo o bem durável, mas não diretamente ligado à produção de bens e serviços, que seja suscetível de constituir junto dos indivíduos fator de dinamização e de enriquecimento da sua cultura, a qual, para efeitos exclusivos do classificador, é tomada num sentido muito amplo, de modo a compreender os campos da educação (incluindo a educação física e o desporto), das artes recreativas e musicais, das belas-artes, da museologia lato sensu, do culto religioso, de recreio e da formação profissional. Em tal conformidade, são enquadráveis na rubrica, entre muitos outros, o material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino (como sejam mapas didáticos, coleções mineralógicas, zoológicas e anatómicas, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, réguas, compassos e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula), equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas quando inventariáveis e afetos a bibliotecas.

02.02.01. Aquisição de serviços – Encargos das instalações

Mantém-se inalterável no seu significado e âmbito e engloba as despesas com água, eletricidade e aquecimento.

02.02.03. Aquisição de serviços – Conservação de bens

Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer por trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.

02.02.14. Aquisição de serviços – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria

Incluem-se as despesas relativas a estudos, pareceres, projetos e consultadoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades.

02.02.20. Aquisição de serviços – Outros trabalhos especializados

Incluem-se as despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas que o próprio organismo não pode superar pelos seus meios, tais como serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos tipográficos, etc.

02.02.25. Aquisição de serviços – Outros serviços

Assume carácter residual no contexto das aquisições de serviços. Só lhe devem ser afetadas as despesas que, de modo algum, não possam ser classificadas noutras rúbricas. Nesta rubrica será contabilizado as despesas relativas às atividades culturais, recreativas, sociais e educacionais desenvolvidas ou apoiadas pela freguesia.

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**404 505,40 €**
01	02	01				Aquisição de bens	
01	02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	
01	**02**	**01**	**02**	**01**		**Gasolina**	**1 600,00 €**
01	**02**	**01**	**02**	**02**		**Gasóleo**	**1 200,00 €**
01	**02**	**01**	**05**			**Alimentação - Refeições confeccionadas**	
01	**02**	**01**	**05**	**01**		**Refeições confeccionadas**	**2 000,00 €**
01	**02**	**01**	**05**	**02**		**Refeições "Apoio Conforto"**	**500,00 €**
01	**02**	**01**	**10**			**Transportes**	**250,00 €**
01	**02**	**01**	**12**			**Material de transporte - Peças**	**250,00 €**
01	**02**	**01**	**15**			**Prémios, condecorações e ofertas**	**4 000,00 €**
01	**02**	**01**	**18**			**Livros e documentação técnica**	**100,00 €**
01	**02**	**01**	**19**			**Artigos honoríficos e de decoração**	**300,00 €**
01	**02**	**01**	**21**			**Outros bens**	**10,00 €**
01	02	02				Aquisição de serviços	
01	02	02	03			Conservação de bens	
01	**02**	**02**	**03**	**01**		**Pequenas Reparações nas escolas EB1 da Freguesia**	**250,00 €**
01	**02**	**02**	**03**	**02**		**Reparação de veiculos**	**1 650,00 €**
01	**02**	**02**	**03**	**03**		**Outras reparações em equipamentos da junta**	**1 500,00 €**
01	**02**	**02**	**04**			**Locação de edifícios**	**3 000,00 €**
01	**02**	**02**	**10**			**Transportes**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**11**			**Representação dos serviços**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**12**			**Seguros**	**5 500,00 €**
01	**02**	**02**	**13**			**Deslocações e estadas**	**500,00 €**
01	02	02	14			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	
01	**02**	**02**	**14**	**02**		**Assessoria da certificação**	**2 000,00 €**
01	**02**	**02**	**14**	**99**		**Outros**	**10,00 €**
01	**02**	**02**	**16**			**Seminários, exposições e similares**	**10,00 €**
01	**02**	**02**	**17**			**Publicidade**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**18**			**Vigilância e segurança**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**19**			**Assistência técnica**	**10,00 €**
01	02	02	20			Outros trabalhos especializados	
01	**02**	**02**	**20**	**01**		**Serviços Juridicos**	**22 500,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**02**		**Gabinete de Medição**	**14 200,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**03**		**Serviços informaticos e de software**	**7 000,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**04**		**Apoio Contabilistico, Revisão e implementação SNC-AP (PE)**	**23 575,40 €**
01	**02**	**02**	**20**	**05**		**Serviços de Assessoria e comunicação**	**4 500,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**06**		**Gabinete de Psicologia**	**9 000,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**07**		**Serviços de Assessoria (Orçamento Colaborativo)**	**5 000,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**08**		**Serviços de Assessoria de Engenharia/Arquitetura**	**10,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**12**		**Outros Serviços (Apoio Mesas de Voto)**	**4 000,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**13**		**Outros Serviços de Apoio Técnico**	**3 500,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**14**		**Serviços de Assessoria (Fundo de Apoio ao Associativismo)**	**5 000,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**15**		**Apoio júridico às associações**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**16**		**Serviços de Enfermagem**	**6 500,00 €**
01	**02**	**02**	**20**	**99**		**Outros**	**10,00 €**

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**404 505,40 €**
01	02	02	25			Outros serviços	
01	02	02	25	01		Projetos Sociais	
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**01**	**Fundo de Emergencia**	**70 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**02**	**Teleassistencia**	**9 700,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**03**	**Acompanhamento a pessoas idosas - PAPI**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**04**	**Protocolo com Bombeiros Voluntários do Porto**	**5 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**05**	**Colonia Balnear Sénior**	**2 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**06**	**Casa Reparada, Vida Melhorada**	**10,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**09**	**Apoio Saúde Oral**	**3 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**10**	**Apoio Saúde Mental**	**2 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**01**	**99**	**Outros Projetos**	**1 500,00 €**
01	02	02	25	02		Projetos Culturais e Recreativos	
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**01**	**Festas de S. João**	**30 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**02**	**Concurso de Fado Amador**	**8 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**03**	**Passeios da Freguesia**	**40 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**04**	**Passeio Anual da Freguesia**	**30 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**06**	**Rusga de S. João**	**9 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**07**	**Feira da Saúde**	**3 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**08**	**Tertúlias sobre Saúde**	**750,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**10**	**Celebração - Dias Mundiais**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**11**	**Comemoração do Dia dos Avós**	**3 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**12**	**Comemoração do 25 de Abril**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**13**	**Festas de Cariz Religioso**	**2 500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**14**	**Ciclos de Exposições e Conferências**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**15**	**Feiras da Rua - Largo da Maternidade e Largo do Calém**	**600,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**16**	**Festivais de Folclore**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**17**	**Edições Literárias da Freguesia**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**20**	**Dia Mundial do Ambiente**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**24**	**Cultura UFLOM**	**6 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**29**	**Prémio Agostina Bessa Luís**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**02**	**99**	**Outros Projetos**	**1 500,00 €**
01	02	02	25	03		Projetos Desportivos	
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**01**	**Desporto Senior**	**9 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**03**	**Regata**	**1 500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**04**	**Secção de Desporto Adaptado**	**3 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**05**	**Freguesia em Movimento**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**06**	**Encontro entre Associações**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**07**	**Feira do Associativismo**	**2 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**03**	**99**	**Outros Projetos**	**1 000,00 €**
01	02	02	25	04		Projetos Educacionais	
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**01**	**Apoio a actividades escolares**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**02**	**Passeio do 4º ano**	**5 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**03**	**Dia da Criança**	**1 500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**04**	**Festa de Carnaval**	**1 500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**05**	**Comemoração do Dia da Àgua**	**1 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**06**	**Natal nas Escolas**	**7 000,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**07**	**Visita à Assembleia da Republica**	**500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**04**	**99**	**Projetos Diversos**	**1 500,00 €**
01	**02**	**02**	**25**	**99**		**Outros**	**10,00 €**

02 - Serviços Administrativos							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
02	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**42 410,00 €**
02	02	01				Aquisição de bens	
02	**02**	**01**	**04**			**Limpeza e higiene**	**2 000,00 €**
02	**02**	**01**	**05**			**Alimentação - Refeições confeccionadas**	**2 000,00 €**
02	**02**	**01**	**07**			**Vestuário e artigos pessoais**	**500,00 €**
02	**02**	**01**	**08**			**Material de escritório**	**10 000,00 €**
02	**02**	**01**	**11**			**Material de consumo clínico**	**200,00 €**
02	**02**	**01**	**17**			**Ferramentas e utensílios**	**1 500,00 €**
02	**02**	**01**	**21**			**Outros bens**	**2 500,00 €**
02	02	02				Aquisição de serviços	
02	02	02	01			Encargos das instalações	
02	**02**	**02**	**01**	**01**		**Serviços da Autarquia**	**13 000,00 €**
02	02	02	03			Conservação de bens	
02	**02**	**02**	**03**	**04**		**Reparações Gerais**	**1 500,00 €**
02	**02**	**02**	**08**			**Locação de outros bens**	**10,00 €**
02	02	02	09			Comunicações	
02	**02**	**02**	**09**	**01**		**Telefones Móveis e Fixos**	**5 500,00 €**
02	**02**	**02**	**09**	**02**		**Correio**	**1 500,00 €**
02	02	02	10			Transportes	
02	**02**	**02**	**10**	**01**		**Passes e Senhas**	**100,00 €**
02	**02**	**02**	**15**			**Formação**	**500,00 €**
02	**02**	**02**	**19**			**Assistência técnica**	
02	**02**	**02**	**19**	**01**		**Contrato de Assistência Técnica e Manutenção**	**500,00 €**
02	02	02	20			Outros trabalhos especializados	
02	**02**	**02**	**20**	**99**		**Outros**	**1 000,00 €**
02	**02**	**02**	**22**			**Serviços de saúde**	**100,00 €**

04 - Cemitério							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
04	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**12 100,00 €**
04	02	01				Aquisição de bens	
04	**02**	**01**	**04**			**Limpeza e higiene**	**2 000,00 €**
04	**02**	**01**	**07**			**Vestuário e artigos pessoais**	**500,00 €**
04	**02**	**01**	**17**			**Ferramentas e utensílios**	**1 000,00 €**
04	**02**	**01**	**21**			**Outros bens**	**1 000,00 €**
04	02	02				Aquisição de serviços	
04	02	02	01			Encargos das instalações	
04	**02**	**02**	**01**	**01**		**Serviços da Autarquia**	**5 500,00 €**
04	02	02	03			Conservação de bens	
04	**02**	**02**	**03**	**04**		**Reparações Gerais**	**400,00 €**
04	02	02	09			Comunicações	
04	**02**	**02**	**09**	**01**		**Telefones Móveis e Fixos**	**500,00 €**
04	02	02	20			Outros trabalhos especializados	
04	**02**	**02**	**20**	**99**		**Outros**	**1 000,00 €**
04	**02**	**02**	**22**			**Serviços de saúde**	**200,00 €**

05 - Centro Social da Arrábida							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
05	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**75 450,00 €**
05	02	01				Aquisição de bens	
05	02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	
05	**02**	**01**	**02**	**02**		**Gasóleo**	**500,00 €**
05	**02**	**01**	**02**	**99**		**Outras**	
05	**02**	**01**	**02**	**99**	**01**	**Gás**	**3 000,00 €**
05	**02**	**01**	**04**			**Limpeza e higiene**	**2 500,00 €**
05	**02**	**01**	**05**			**Alimentação - Refeições confeccionadas**	**10 500,00 €**
05	**02**	**01**	**06**			**Alimentação - Géneros para confeccionar**	**45 000,00 €**
05	**02**	**01**	**07**			**Vestuário e artigos pessoais**	**500,00 €**
05	**02**	**01**	**11**			**Material de consumo clínico**	**150,00 €**
05	**02**	**01**	**17**			**Ferramentas e utensílios**	**700,00 €**
05	**02**	**01**	**21**			**Outros bens**	**1 000,00 €**
05	02	02				Aquisição de serviços	
05	02	02	01			Encargos das instalações	
05	**02**	**02**	**01**	**01**		**Serviços da Autarquia**	**4 500,00 €**
05	02	02	03			Conservação de bens	
05	**02**	**02**	**03**	**04**		**Reparações Gerais**	**1 000,00 €**
05	02	02	09			Comunicações	
05	**02**	**02**	**09**	**01**		**Telefones Móveis e Fixos**	**500,00 €**
02	**02**	**02**	**19**			**Assistência técnica**	
05	**02**	**02**	**19**	**01**		**Contrato de Assistência Técnica e Manutenção**	**2 500,00 €**
05	02	02	20			Outros trabalhos especializados	
05	**02**	**02**	**20**	**11**		**Outros (inclui Atividades Sociocultural)**	**3 000,00 €**
05	**02**	**02**	**22**			**Serviços de saúde**	**100,00 €**

07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
07	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**2 000,00 €**
07	02	01				Aquisição de bens	
07	**02**	**01**	**04**			**Limpeza e higiene**	**200,00 €**
07	**02**	**01**	**08**			**Material de escritório**	**300,00 €**
07	**02**	**01**	**21**			**Outros bens**	**100,00 €**
07	02	02				Aquisição de serviços	
07	02	02	01			Encargos das instalações	
07	**02**	**02**	**01**	**01**		**Serviços da Autarquia**	**500,00 €**
07	02	02	03			Conservação de bens	
07	**02**	**02**	**03**	**04**		**Reparações Gerais**	**100,00 €**
07	02	02	09			Comunicações	
07	**02**	**02**	**09**	**01**		**Telefones Móveis e Fixos**	**700,00 €**
07	**02**	**02**	**22**			**Serviços de saúde**	**100,00 €**

08 - Centro de Convívio de Massarelos							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
08	**02**					**Aquisição de bens e serviços**	**13 960,00 €**
08	02	01				Aquisição de bens	
08	02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	
08	**02**	**01**	**99**			Outras	
08	**02**	**01**	**99**	**01**		**Gás**	**500,00 €**
08	**02**	**01**	**04**			**Limpeza e higiene**	**1 000,00 €**
08	**02**	**01**	**05**			**Alimentação - Refeições confeccionadas**	**7 600,00 €**
08	**02**	**01**	**07**			**Vestuário e artigos pessoais**	**200,00 €**
08	**02**	**01**	**11**			**Material de consumo clínico**	**200,00 €**
08	**02**	**01**	**20**			**Material de educação, cultura e recreio**	**500,00 €**
08	**02**	**01**	**21**			**Outros bens**	**850,00 €**
08	02	02				Aquisição de serviços	
08	02	02	01	01		Encargos nas instalações	
08	02	02	01	01		Serviços da autarquia	
08	02	02	03			Conservação de bens	
08	**02**	**02**	**03**	**04**		**Reparações Gerais**	**10,00 €**
08	02	02	20			Outros trabalhos especializados	
08	**02**	**02**	**20**	**11**		**Outros (inclui Animação Sociocultural)**	**3 000,00 €**
08	**02**	**02**	**22**			**Serviços de saúde**	**100,00 €**

03.	Juros e outros encargos	Montante	100,00 €
	SNC-AP Rúbrica D3		

Esta rúbrica regista as despesas inerentes a serviços bancários e de juros relativos às contas bancárias.

03.06 - Esta rubrica é de carácter residual. No entanto, incluem-se despesas inerentes a serviços bancários e todas as despesas não previstas nas rubricas anteriores.

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**03**					**Juros e outros encargos**	**100,00 €**
01	03	06				Outros encargos financeiros	
01	**03**	**06**	**01**			**Outros encargos financeiros**	**100,00 €**

04.	Transferência corrente	Montante	181 952,00 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Neste capítulo são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes tais como o apoio às atividades desenvolvidas pelas Instituições de Solidariedade Social, de Cultura, Recreio e Desporto da e na União das Freguesias, através da celebração de protocolos.

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**04**					**Transferências correntes**	**181 952,00 €**
01	04	05				Administração local	
01	04	05	01			Continente	
01	**04**	**05**	**01**	**05**		**Associações de freguesias (ANAFRE)**	**2 422,00 €**
01	**04**	**05**	**01**	**08**		**Outros**	
01	**04**	**05**	**01**	**08**	**01**	**Escolas EB1 da Freguesia**	**8 000,00 €**
01	**04**	**05**	**01**	**08**	**99**	**Outras**	**10,00 €**
01	04	07				Instituições sem fins lucrativos	
01	04	07	01			Instituições sem fins lucrativos	
01	**04**	**07**	**01**	**01**		**Instituições Sociais da Freguesia**	**18 500,00 €**
01	**04**	**07**	**01**	**02**		**Instituições Culturais e Recreativas**	**16 000,00 €**
01	**04**	**07**	**01**	**03**		**Associações de Jovens**	**2 000,00 €**
01	**04**	**07**	**01**	**04**		**Instituições desportivas**	**15 000,00 €**
01	**04**	**07**	**01**	**05**		**Apoio - Agência Desenv. Integrado Lordelo do Ouro**	**10,00 €**
01	**04**	**07**	**01**	**07**		**Fundo de Apoio ao Associativismo**	**120 000,00 €**
01	**04**	**07**	**01**	**99**		**Outras Instituições**	**10,00 €**

05.	Subsídios SNC-AP Rúbrica D4	Montante	47 944,00 €

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis.

05.08.03. Subsídios – Famílias – Outras

Pagamento de encargos relativos a apoios sociais e o pagamento de encargos previsto nos programas ocupacionais do IEFP.

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**05**					**Subsídios**	**47 944,00 €**
01	05	08				Famílias	
01	**05**	**08**	**01**			**Programa "ATL para todos"**	**16 000,00 €**
01	05	08	03			Outras	
01	**05**	**08**	**03**	**01**		**CEI e CEI +/ IEFP**	**18 444,00 €**
01	**05**	**08**	**03**	**02**		**Programa "Jovens com futuro"**	**13 500,00 €**

06. Outras despesas correntes — Montante 151 770,00 €

SNC-AP Rúbrica D5

Esta é uma rúbrica económica com uma função meramente residual, onde se registará todas as despesas correntes não previstas nos outros classificadores e o montante estabelecido para o orçamento colaborativo.

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**06**					**Outras despesas correntes**	**150 010,00 €**
01	06	02				Diversas	
01	06	02	03			Outras	
01	06	02	03	05		Outras	
01	**06**	**02**	**03**	**05**	**01**	**Compensação Mesas de Voto**	**10,00 €**
01	**06**	**02**	**03**	**05**	**02**	**Orçamento Colaborativo**	**150 000,00 €**

02 - Serviços Administrativos							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
02	**06**					**Outras despesas correntes**	**1 750,00 €**
02	06	02				Diversas	
02	06	02	03			Outras	
02	**06**	**02**	**03**	**04**		**Serviços bancários**	**1 750,00 €**

07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
07	**06**					**Outras despesas correntes**	**10,00 €**
07	06	02	03			Outras	
07	06	02	03	01		Outras restituições	
07	**06**	**02**	**03**	**01**	**01**	**IVA**	**10,00 €**

Despesas de Capital

As despesas de capital apresentam o seguinte desdobramento:

07.	Aquisições de bens de Capital SNC-AP Rúbrica D6	Valor Orçamentado	14.530,00 €

Esta rúbrica económica compreende, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.).

01 - Administração Local							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
01	**07**					**Aquisição de bens de capital**	**13 530,00 €**
01	07	01				Investimentos	
01	07	01	03			Edifícios	
01	07	01	03	01		Instalações de serviços	
01	**07**	**01**	**03**	**01**	**01**	**Edifício de Massarelos**	**250,00 €**
01	**07**	**01**	**03**	**01**	**02**	**Edifício Centro Social da Arrábida**	**250,00 €**
01	**07**	**01**	**03**	**01**	**04**	**Edifício de Lordelo**	**250,00 €**
01	**07**	**01**	**03**	**01**	**05**	**Edifício da Rua Diogo Botelho, nº.75**	**250,00 €**
01	**07**	**01**	**03**	**01**	**99**	**Outros**	**1 000,00 €**
01	07	01	03	02		Instalações desportivas e recreativas	
01	07	01	03	02	**01**	**Equipamento Pinheiro Torres**	**10,00 €**
01	07	01	03	02	**02**	**Equipamento Bairro do Campo Alegre**	**10,00 €**
01	07	01	04			Construções diversas	
01	**07**	**01**	**04**	**12**		**Cemitérios**	**500,00 €**
01	07	01	06			Material de transporte	
01	**07**	**01**	**06**	**02**		**Material Transporte**	**10,00 €**
01	**07**	**01**	**07**			**Equipamento de informática**	**1 000,00 €**
01	**07**	**01**	**08**			**Software informático**	**9 000,00 €**
01	**07**	**01**	**09**			**Equipamento administrativo**	**1 000,00 €**

05 - Centro Social da Arrábida							
Classificação Económica						Descrição	Orçamento 2026
O	C	G	A	S	R		
05	**07**					**Aquisição de bens de capital**	**1 000,00 €**
05	07	01				Investimentos	
05	07	01	10			Equipamento básico	
05	**07**	**01**	**10**	**02**		**Outro**	**1 000,00 €**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Balanço Previsional

RUBRICAS	NOTAS	2026	2025
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		521 957,54	510 136,50
Ativos intangíveis		0,00	96,04
Total ativo não corrente		**521 957,54**	**510 232,54**
Ativo corrente			
Inventários		797,60	575,59
Clientes, contribuintes e utentes		10,27	9,39
Outras contas a receber		72 662,96	62 461,28
Diferimentos		51,21	64,76
Caixa e depósitos		687 557,24	690 063,44
Total ativo corrente		**761 079,27**	**753 174,46**
Total do ativo		1 283 036,81	1 263 407,00
PATRIMÓNIO LIQUÍDO			
Património/Capital		1 146 324,59	1 146 324,59
Resultados transitados		12 657,67	11 482,97
Resultado líquido do período		14 530,00	1 174,70
Total do património liquido		**1 173 512,26**	**1 158 982,26**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Total passivo não corrente		**0,00**	**0,00**
Passivo corrente			
Fornecedores		3 210,13	4 059,46
Estado e outros entes públicos		16 790,51	14 934,43
Outras contas a pagar		89 523,92	78 930,84
Diferimentos		0,00	6 500,00
Total passivo corrente		**109 524,55**	**104 424,73**
Total do passivo		109 524,55	104 424,73
Total do património liquido e passivo		1 283 036,82	1 263 406,99

Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP), Norma Contabilidade Pública - NCP 1, nº 17:
«As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.»

31/12/2025 - Valores estimados
31/12/2026 - Orçamento para 2026

Demonstração de Resultados Previsional

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	NOTAS	PERÍODO 2026	PERÍODO 2025
RENDIMENTOS E GASTOS			
Impostos, contribuições e taxas		88 137,00	75 762,81
Prestações de serviços e concessões		117 034,00	107 050,72
Transferências e subsidios correntes obtidos		1 515 588,47	1 579 421,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-45 000,00	-32 474,51
Fornecimentos e serviços externos		-505 425,40	-639 149,86
Gastos com o pessoal		-774 078,07	-688 509,17
Transferências e subsídios concedidos		-331 952,00	-353 748,66
Prestações Sociais		-47 944,00	-25 375,39
Outros rendimentos		30,00	2 915,18
Outros gastos		-1 870,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 520,00	25 893,01
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			-24 917,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14 520,00	975,50
Juros e rendimentos similares obtidos		10,00	199,20
Resultado antes de impostos		14 530,00	1 174,70
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado liquido do período		14 530,00	1 174,70

Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP), Norma Contabilidade Pública - NCP 1, nº 17:
«As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.»

31/12/2025 - Valores estimados
31/12/2026 - Orçamento para 2026

Demonstração de fluxos de caixa previsionais

RUBRICAS	NOTAS	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 515 588,47	1 579 421,89
Recebimentos de utentes		117 034,00	107 050,72
Pagamentos a fornecedores		-550 425,40	-671 624,37
Pagamentos ao pessoal		-774 078,07	-688 509,17
Caixa gerada pelas operações		308 119,00	326 340,07
Outros recebimentos/pagamentos		-296 095,20	-415 000,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**12 023,80**	**-88 660,69**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-14 530,00	-224 618,05
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-14 530,00**	**-224 618,05**
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**-2 506,20**	**-313 278,74**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		690 063,44	1 003 342,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		687 557,24	690 063,44
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		846 606,40	1 003 342,18
- Equivalentes a caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		**846 606,40**	**1 003 342,18**
De execução orçamental		679 925,54	993 204,28
De operações de tesouraria		10 137,90	10 137,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período		687 557,24	690 063,44
- Equivalentes a caixa no fim do período			
= Saldo da gerência seguinte		687 557,24	690 063,44
De execução orçamental		993 204,28	679 925,54
De operações de tesouraria		10 137,90	10 137,90

Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP), Norma Contabilidade Pública - NCP 1, nº 17:
«As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.»

31/12/2025 - Valores estimados
31/12/2026 - Orçamento para 2026

MAPAS ORÇAMENTAIS

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Anexo 1

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

Orçamento Plurianual

2026

gesautarquia.pt

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS

510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Plurianual
2026

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Receita corrente	**0,00 €**	**1.720.769,47 €**	**1.720.769,47 €**	**1.756.905,61 €**	**1.793.041,79 €**	**1.829.177,96 €**	**1.865.314,11 €**
R1	Receita fiscal	0,00 €	70.994,00 €	70.994,00 €	72.484,87 €	73.975,75 €	75.466,62 €	76.957,50 €
R1.1	**Impostos diretos**	**0,00 €**	**70.994,00 €**	**70.994,00 €**	**72.484,87 €**	**73.975,75 €**	**75.466,62 €**	**76.957,50 €**
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	**Taxas, multas e outras penalidades**	**0,00 €**	**17.143,00 €**	**17.143,00 €**	**17.503,00 €**	**17.863,00 €**	**18.223,01 €**	**18.583,00 €**
R4	**Rendimentos de propriedade**	**0,00 €**	**10,00 €**	**10,00 €**	**10,21 €**	**10,42 €**	**10,63 €**	**10,84 €**
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	1.515.578,47 €	1.515.578,47 €	1.547.405,62 €	1.579.232,76 €	1.611.059,93 €	1.642.887,07 €
R5.1	Transferências correntes	0,00 €	1.515.578,47 €	1.515.578,47 €	1.547.405,62 €	1.579.232,76 €	1.611.059,93 €	1.642.887,07 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	1.515.528,47 €	1.515.528,47 €	1.547.354,57 €	1.579.180,66 €	1.611.006,78 €	1.642.832,87 €
R5.1.1.1	**Administração Central - Estado Português**	**0,00 €**	**483.415,76 €**	**483.415,76 €**	**493.567,49 €**	**503.719,22 €**	**513.870,96 €**	**524.022,69 €**
R5.1.1.2	**Administração Central - Outras entidades**	**0,00 €**	**10.032,00 €**	**10.032,00 €**	**10.242,67 €**	**10.453,34 €**	**10.664,02 €**	**10.874,69 €**
R5.1.1.3	**Segurança Social**	**0,00 €**	**167.493,00 €**	**167.493,00 €**	**171.010,35 €**	**174.527,71 €**	**178.045,06 €**	**181.562,41 €**
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	**Administração Local**	**0,00 €**	**854.587,71 €**	**854.587,71 €**	**872.534,06 €**	**890.480,39 €**	**908.426,74 €**	**926.373,08 €**
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	**Outras**	**0,00 €**	**50,00 €**	**50,00 €**	**51,05 €**	**52,10 €**	**53,15 €**	**54,20 €**
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	**Venda de bens e serviços**	**0,00 €**	**117.034,00 €**	**117.034,00 €**	**119.491,70 €**	**121.949,44 €**	**124.407,14 €**	**126.864,86 €**
R7	**Outras receitas correntes**	**0,00 €**	**10,00 €**	**10,00 €**	**10,21 €**	**10,42 €**	**10,63 €**	**10,84 €**
	Receita de capital	**0,00 €**	**30,00 €**	**30,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
R8	**Venda de bens de investimento**	**0,00 €**	**10,00 €**	**10,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	**Outras**	**0,00 €**	**10,00 €**	**10,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
R10	**Outras receitas de capital**	**0,00 €**	**10,00 €**	**10,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [1]	**0,00 €**	**1.720.799,47 €**	**1.720.799,47 €**	**1.756.905,61 €**	**1.793.041,79 €**	**1.829.177,96 €**	**1.865.314,11 €**
	Receita não efetiva [2]	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita de capital	**0,00 €**	**30,00 €**	**30,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita total [3]=[1]+[2]	**0,00 €**	**1.720.799,47 €**	**1.720.799,47 €**	**1.756.905,61 €**	**1.793.041,79 €**	**1.829.177,96 €**	**1.865.314,11 €**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Plurianual
2026

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Despesa Corrente	**0,00 €**	**1.706.269,47 €**	**1.706.269,47 €**	**1.742.375,61 €**	**1.778.511,79 €**	**1.814.647,96 €**	**1.850.784,11 €**
D1	Despesas com o pessoal	0,00 €	773.377,15 €	773.377,15 €	789.618,05 €	805.858,99 €	822.099,94 €	838.340,87 €
D1.1	**Remunerações Certas e Permanentes**	**0,00 €**	**592.096,42 €**	**592.096,42 €**	**604.530,44 €**	**616.964,47 €**	**629.398,51 €**	**641.832,56 €**
D1.2	**Abonos Variáveis ou Eventuais**	**0,00 €**	**29.200,91 €**	**29.200,91 €**	**29.814,13 €**	**30.427,35 €**	**31.040,58 €**	**31.653,79 €**
D1.3	**Segurança social**	**0,00 €**	**152.079,82 €**	**152.079,82 €**	**155.273,48 €**	**158.467,17 €**	**161.660,85 €**	**164.854,52 €**
D2	**Aquisição de bens e serviços**	**0,00 €**	**551.126,32 €**	**551.126,32 €**	**562.699,97 €**	**574.273,63 €**	**585.847,28 €**	**597.420,93 €**
D3	**Juros e outros encargos**	**0,00 €**	**100,00 €**	**100,00 €**	**102,10 €**	**104,20 €**	**106,30 €**	**108,40 €**
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	229.896,00 €	229.896,00 €	234.998,32 €	240.130,63 €	245.262,93 €	250.395,23 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	181.952,00 €	181.952,00 €	185.772,99 €	189.593,98 €	193.414,98 €	197.235,97 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	10.432,00 €	10.432,00 €	10.651,07 €	10.870,14 €	11.089,22 €	11.308,29 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	**Administração Local**	**0,00 €**	**10.432,00 €**	**10.432,00 €**	**10.651,07 €**	**10.870,14 €**	**11.089,22 €**	**11.308,29 €**
D4.1.2	**Entidades do setor não lucrativo**	**0,00 €**	**171.520,00 €**	**171.520,00 €**	**175.121,92 €**	**178.723,84 €**	**182.325,76 €**	**185.927,68 €**
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	**Subsídios correntes**	**0,00 €**	**47.944,00 €**	**47.944,00 €**	**49.225,33 €**	**50.536,65 €**	**51.847,95 €**	**53.159,26 €**
D5	**Outras despesas correntes**	**0,00 €**	**151.770,00 €**	**151.770,00 €**	**154.957,17 €**	**158.144,34 €**	**161.331,51 €**	**164.518,68 €**
	Despesa de capital	**0,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**
D6	**Aquisição de bens de capital**	**0,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva [4]	**0,00 €**	**1.720.799,47 €**	**1.720.799,47 €**	**1.756.905,61 €**	**1.793.041,79 €**	**1.829.177,96 €**	**1.865.314,11 €**
	Despesa não efetiva [5]	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa de capital	**0,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Plurianual
2026

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Despesa total [6]=[4]+[5]	**0,00 €**	**1.720.799,47 €**	**1.720.799,47 €**	**1.756.905,61 €**	**1.793.041,79 €**	**1.829.177,96 €**	**1.865.314,11 €**
	Saldo total [3] - [6]	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-0,00 €**	**0,00 €**	**-0,00 €**	**0,00 €**
	Saldo global [1] - [4]	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-0,00 €**	**0,00 €**	**-0,00 €**	**0,00 €**
	Despesa primária	0,00 €	1.720.699,47 €	1.720.699,47 €	1.756.803,51 €	1.792.937,59 €	1.829.071,66 €	1.865.205,71 €
	Saldo corrente	0,00 €	14.500,00 €	14.500,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €	14.530,00 €
	Saldo de capital	0,00 €	-14.500,00 €	-14.500,00 €	-14.530,00 €	-14.530,00 €	-14.530,00 €	-14.530,00 €
	Saldo primário	0,00 €	100,00 €	100,00 €	102,10 €	104,20 €	106,30 €	108,40 €

Órgão executivo,

Em 10 de DEZEMBRO de 2025

Pedro Geiciro

Maria José Lacerda

Órgão deliberativo,

Em _____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em _____ de _____ de _____

213977150

12080

Plano Plurianual de Investimentos

Anexo 2

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

Plano Plurianual de Investimentos

2026

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS

510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Plano Plurianual de Investimento Inicial
2026

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos								Total Não Definido	Total Previsto
			Orgânica	Económica		RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período 2025	Períodos seguintes							
															2026	2027	2028	2029	2030	Outros		
111	2022/2022.01	Edifício de Massarelos	01	0701030101	E	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	216.939,72 €	0,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	218.189,72 €
111	2022/2022.02	Edifício Centro Social da Arrábida	01	0701030102	E	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	582,11 €	0,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	1.832,11 €
111	2022/2022.03	Edifício de Lordelo	01	0701030104	E	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	16.263,85 €	0,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	17.513,85 €
111	2022/2022.04	Edifício da Rua Diogo Botelho, nº.75	01	0701030105	E	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	0,00 €	0,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	0,00 €	0,00 €	1.250,00 €
111	2022/2022.05	Outros	01	0701030199	A	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	1.379,59 €	0,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	6.379,59 €
111	2022/2022.07	Cemitérios	01	07010412	A	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	1.983,49 €	0,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	0,00 €	4.483,49 €
111	2022/2022.06	Material Transporte	01	07010602	O	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	0,00 €	0,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	50,00 €
111	2022/2022.08	Equipamento de informática	01	070107	O	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	6.523,06 €	0,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	11.523,06 €
111	2022/2022.09	Software informático	01	070108	O	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	15.937,25 €	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	0,00 €	0,00 €	60.937,25 €
111	2022/2022.10	Equipamento administrativo	01	070109	O	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	850,20 €	0,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	5.850,20 €
111	2022/2022.11	Equipamento Básico - Outro	05	07011002	O	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2022	31/12/2029	0	289,48 €	0,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	5.289,48 €
111	2025/1	Equipamento Pinheiro Torres	01	0701030201	E	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2025	31/12/2029	0	60.310,14 €	0,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	60.360,14 €
111	2025/2	Equipamento Bairro do Campo Alegre	01	0701030202	E	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2025	31/12/2029	0	76.053,29 €	0,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00 €	76.103,29 €
		Total Objetivo 111											**397.112,18 €**	**0,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**469.762,18 €**
												Total	**397.112,18 €**	**0,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**14.530,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**469.762,18 €**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Órgão executivo,

Em 1º de DEZEMBRO de 2025

Órgão deliberativo,

Em ____ de _____ de _____

O Contabilista Público,

Em ____ de _____ de _____

213977150

12080

Orçamento

Receita

Anexo 3

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

Orçamento Inicial da Receita

2025

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Inicial de Receita
2025

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	RECEITAS CORRENTES		
01	Impostos directos	68.168,00 €	-
0102	Outros	68.168,00 €	-
010202	**Imposto municipal sobre imóveis**	**68.168,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**68.168,00 €**
04	Taxas, multas e outras penalidades	17.368,00 €	-
0401	Taxas	17.358,00 €	-
040123	Taxas específicas das autarquias locais	17.358,00 €	-
04012304	**Animais**	**3.917,00 €**	**-**
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais	13.441,00 €	-
0401239909	**Cemitérios**	**3.504,00 €**	**-**
0401239999	Outras	9.937,00 €	-
040123999901	**Atestados**	**5.290,00 €**	**-**
040123999902	**Autenticação de Fotocopias**	**240,00 €**	**-**
040123999904	**Adesão ao serviço de mediação**	**280,00 €**	**-**
040123999905	**Venda Ambulante**	**4.107,00 €**	**-**
040123999906	**Balneários / Sanitários**	**10,00 €**	**-**
040123999999	**Outras**	**10,00 €**	**-**
0402	Multas e outras penalidades	10,00 €	-
040299	**Multas e penalidades diversas**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 04			**17.368,00 €**
05	Rendimentos da propriedade	10,00 €	-
0502	Juros - Sociedades financeiras	10,00 €	-
050201	**Bancos e outras instituições financeiras**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 05			**10,00 €**
06	Transferências correntes	1.656.180,58 €	-
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	152.153,46 €	-
060101	Públicas	152.153,46 €	-
06010102	**Empresas públicas municipais e intermunicipais**	**152.153,46 €**	**-**
0603	Administração central	483.789,84 €	-
060301	Estado	473.367,84 €	-
06030104	**Fundo de Financiamento das Freguesias**	**383.137,00 €**	**-**
06030105	**Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013**	**48.807,00 €**	**-**
06030106	**Transferência de Competências - Lei n.º50/2018**	**10,00 €**	**-**
06030107	**Transferência Eleitos Locais**	**41.413,84 €**	**-**

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
060309	Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	10.422,00 €	-
06030901	Instituto do Emprego e Formação Profissional	10.422,00 €	-
0603090199	**Outros (IEFP-CEI+)**	**10.422,00 €**	**-**
0605	Administração local	852.970,28 €	-
060501	Continente	852.970,28 €	-
06050101	Contrato Interadministrativo	852.970,28 €	-
0605010101	**Contrato Interadministrativo**	**552.181,06 €**	**-**
0605010103	**Recenseamentos, Eleições, Referendos**	**434,00 €**	**-**
0605010104	**Espaço do Cidadão**	**4.966,22 €**	**-**
0605010105	**Orçamento Colaborativo**	**150.000,00 €**	**-**
0605010106	**Orçamento Colaborativo - Elaboração do Projeto**	**5.000,00 €**	**-**
0605010107	**Mesas de Voto - Comparticipação**	**15.379,00 €**	**-**
0605010108	**Fundo de Apoio ao Associativismo**	**120.000,00 €**	**-**
0605010109	**Fundo de Apoio ao Associativismo – Elaboração do Projeto**	**5.000,00 €**	**-**
0605010199	**Outros**	**10,00 €**	**-**
0606	Segurança social	167.247,00 €	-
060601	**Sistemas de solidariedade e segurança social**	**167.247,00 €**	**-**
0607	Instituições sem fins lucrativos	20,00 €	-
060701	Instituições sem fins lucrativos	20,00 €	-
06070101	**Protocolo com a ADILO - Segurança Social**	**10,00 €**	**-**
06070102	**Protocolo com a ADILO - Acerto Trimestral**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 06			**1.656.180,58 €**
07	Venda de bens e serviços correntes	117.303,40 €	-
0701	Venda de bens	10,00 €	-
070108	Mercadorias	10,00 €	-
07010801	**Mercadorias**	**10,00 €**	**-**
0702	Serviços	97.219,40 €	-
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	61.452,40 €	-
07020801	Serviços sociais	10,00 €	-
0702080199	**Outros**	**10,00 €**	**-**
07020802	Serviços recreativos	61.442,40 €	-
0702080299	Outros	61.442,40 €	-
070208029901	**Comparticipação no Passeio Anual**	**4.800,00 €**	**-**
070208029902	**Comparticipação nos passeios culturais**	**9.600,00 €**	**-**
070208029904	**Comparticipação dos utentes do Centro Social Arrabida**	**45.086,00 €**	**-**
070208029905	**Comparticipação dos utentes do Centro Convivio de Massarelos**	**1.946,40 €**	**-**

TRANSPORTADO: 1.803.178,98 €

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
070208029999	**Outros**	**10,00 €**	**-**
070209	Serviços específicos das autarquias	26.041,00 €	-
07020905	Cemitérios	26.041,00 €	-
0702090501	**Aluguer de Utensilios**	**10,00 €**	**-**
0702090502	**Ocupação de Ossários**	**4.067,00 €**	**-**
0702090503	**Cedencia perpétua de terrenos**	**14.175,00 €**	**-**
0702090504	**Inumações e Exumações**	**7.779,00 €**	**-**
0702090599	**Outros**	**10,00 €**	**-**
070299	Outros	9.726,00 €	-
07029901	**Posto de Correios**	**9.348,00 €**	**-**
07029902	**Espaço do Cidadão**	**368,00 €**	**-**
07029999	**Outros**	**10,00 €**	**-**
0703	Rendas	20.074,00 €	-
070302	Edifícios	20.074,00 €	-
07030202	**Espaço Comercial do Cemiterio**	**20.064,00 €**	**-**
07030299	**Outros**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 07			**117.303,40 €**
08	Outras receitas correntes	10,00 €	-
0801	Outras	10,00 €	-
080199	Outras	10,00 €	-
08019999	**Diversas**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 08			**10,00 €**

RECEITAS DE CAPITAL

09	Venda de bens de investimento	10,00 €	-
0904	Outros bens de investimento	10,00 €	-
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00 €	-
09040101	**Equipamento de transporte**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 09			**10,00 €**
10	Transferências de capital	10,00 €	-
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00 €	-
100101	Públicas	10,00 €	-
10010199	**Outras**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 10			**10,00 €**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Inicial de Receita
2025

TRANSPORTADO: 1.859.059,98 €

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
13	Outras receitas de capital	10,00 €	-
1301	Outras	10,00 €	-
130199	**Outras**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 13			**10,00 €**

RECEITA NÃO EFETIVA

Total Rubrica	**0,00 €**

Resumo do Orçamento de Receita

Receitas Correntes	1.859.039,98 €
Receitas de Capital	30,00 €
Receitas não Efetivas	0,00 €
TOTAL (EUR)	**1.859.069,98 €**

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 10 de Dezembro de 2025

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em____de____de____

Orçamento

Despesa

Anexo 4

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

Orçamento Inicial da Despesa

2026

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Inicial de Despesa
2026

01 - Administração Local

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	142.847,38 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	113.133,52 €	-
010101	**Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos**	**79.976,84 €**	**-**
010111	**Representação**	**17.577,48 €**	**-**
010113	**Subsidio de refeição**	**3.024,00 €**	**-**
010114	**Subsídio de férias e de Natal**	**12.555,20 €**	**-**
0102	Abonos variáveis ou eventuais	3.666,19 €	-
010206	**Formação**	**10,00 €**	**-**
010213	Outros suplementos e prémios	3.656,19 €	-
01021302	**Outros**	**10,00 €**	**-**
01021303	Senhas de Presença	3.646,19 €	-
0102130301	**Senhas de presença do executivo**	**787,64 €**	**-**
0102130302	**Senhas de presença da Assembleia**	**2.858,55 €**	**-**
0103	Segurança social	26.047,67 €	-
010305	Contribuições para a segurança social	25.047,67 €	-
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	25.047,67 €	-
0103050201	**Caixa Geral de Aposentações**	**0,00 €**	**-**
0103050202	**Segurança social - Regime geral**	**25.047,67 €**	**-**
010309	Seguros	900,00 €	-
01030901	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**900,00 €**	**-**
010310	Outras despesas de segurança social	100,00 €	-
01031099	Outras despesas de segurança social	100,00 €	-
0103109901	**Outras despesas de segurança social**	**100,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**142.847,38 €**
02	Aquisição de bens e serviços	404.505,40 €	-
0201	Aquisição de bens	10.210,00 €	-
020102	Combustíveis e lubrificantes	2.800,00 €	-
02010201	**Gasolina**	**1.600,00 €**	**-**
02010202	**Gasóleo**	**1.200,00 €**	**-**
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	2.500,00 €	-
02010501	**Refeições confeccionadas**	**2.000,00 €**	**-**
02010502	**Refeições "Apoio Conforto"**	**500,00 €**	**-**
020110	**Transportes**	**250,00 €**	**-**
020112	**Material de transporte - Peças**	**250,00 €**	**-**
020115	**Prémios, condecorações e ofertas**	**4.000,00 €**	**-**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Inicial de Despesa
2026

TRANSPORTADO: 152.647,38 €

01 - Administração Local

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
020118	**Livros e documentação técnica**	**100,00 €**	-
020119	**Artigos honoríficos e de decoração**	**300,00 €**	-
020121	**Outros bens**	**10,00 €**	-
0202	Aquisição de serviços	394.295,40 €	-
020203	Conservação de bens	3.400,00 €	-
02020301	**Pequenas Reparações nas escolas EB1 da Freguesia**	**250,00 €**	-
02020302	**Reparação de veiculos**	**1.650,00 €**	-
02020303	**Outras reparações em equipamentos da junta**	**1.500,00 €**	-
020204	**Locação de edifícios**	**3.000,00 €**	-
020210	**Transportes**	**500,00 €**	-
020211	**Representação dos serviços**	**1.000,00 €**	-
020212	**Seguros**	**5.500,00 €**	-
020213	**Deslocações e estadas**	**500,00 €**	-
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	2.010,00 €	-
02021402	**Assessoria da certificação**	**2.000,00 €**	-
02021499	**Outros**	**10,00 €**	-
020216	**Seminários, exposições e similares**	**10,00 €**	-
020217	**Publicidade**	**1.000,00 €**	-
020218	**Vigilância e segurança**	**1.000,00 €**	-
020219	**Assistência técnica**	**10,00 €**	-
020220	Outros trabalhos especializados	105.795,40 €	-
02022001	**Serviços Juridicos**	**22.500,00 €**	-
02022002	**Gabinete de Medição**	**14.200,00 €**	-
02022003	**Serviços informaticos e de software**	**7.000,00 €**	-
02022004	**Apoio Contabilístico e Implementação SNC-AP (PE)**	**23.575,40 €**	-
02022005	**Serviços de Assessoria e comunicação**	**4.500,00 €**	-
02022006	**Gabinete de Psicologia**	**9.000,00 €**	-
02022007	**Serviços de Assessoria (Orçamento Colaborativo)**	**5.000,00 €**	-
02022008	**Serviços de Assessoria de Engenharia/Arquitetura**	**10,00 €**	-
02022012	**Outros Serviços (Apoio Mesas de Voto)**	**4.000,00 €**	-
02022013	**Outros Serviços de Apoio Técnico**	**3.500,00 €**	-
02022014	**Serviços de Assessoria (Fundo de Apoio ao Associativismo)**	**5.000,00 €**	-
02022015	**Apoio júridico às associações**	**1.000,00 €**	-
02022016	**Serviços de Enfermagem**	**6.500,00 €**	-
02022099	**Outros**	**10,00 €**	-
020225	Outros serviços	270.570,00 €	-
02022501	Projetos Sociais	94.210,00 €	-
0202250101	**Fundo de Emergencia**	**70.000,00 €**	-

01 - Administração Local

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
0202250102	**Teleassistencia**	**9.700,00 €**	**-**
0202250103	**Acompanhamento a pessoas idosas - PAPI**	**1.000,00 €**	**-**
0202250104	**Protocolo com Bombeiros Voluntários do Porto**	**5.000,00 €**	**-**
0202250105	**Colonia Balnear Sénior**	**2.000,00 €**	**-**
0202250106	**Casa Reparada, Vida Melhorada**	**10,00 €**	**-**
0202250109	**Apoio Saúde Oral**	**3.000,00 €**	**-**
0202250110	**Apoio Saúde Mental**	**2.000,00 €**	**-**
0202250199	**Outros Projetos**	**1.500,00 €**	**-**
02022502	Projetos Culturais e Recreativos	139.350,00 €	-
0202250201	**Festas de S. João**	**30.000,00 €**	**-**
0202250202	**Concurso de Fado Amador**	**8.000,00 €**	**-**
0202250203	**Passeios da Freguesia**	**40.000,00 €**	**-**
0202250204	**Passeio Anual da Freguesia**	**30.000,00 €**	**-**
0202250206	**Rusga de S. João**	**9.000,00 €**	**-**
0202250207	**Feira da Saúde**	**3.000,00 €**	**-**
0202250208	**Tertúlias sobre Saúde**	**750,00 €**	**-**
0202250210	**Celebração - Dias Mundiais**	**500,00 €**	**-**
0202250211	**Comemoração do Dia dos Avós**	**3.000,00 €**	**-**
0202250212	**Comemoração do 25 de Abril**	**1.000,00 €**	**-**
0202250213	**Festas de Cariz Religioso**	**2.500,00 €**	**-**
0202250214	**Ciclos de Exposições e Conferências**	**500,00 €**	**-**
0202250215	**Feiras da Rua - Largo da Maternidade e Largo do Calém**	**600,00 €**	**-**
0202250216	**Festival de Folclore**	**1.000,00 €**	**-**
0202250217	**Edições Literárias da Freguesia**	**500,00 €**	**-**
0202250220	**Dia Mundial do Ambiente**	**500,00 €**	**-**
0202250224	**Cultura UFLOM**	**6.000,00 €**	**-**
0202250229	**Prémio Agostina Bessa Luís**	**1.000,00 €**	**-**
0202250299	**Outros Projetos com Associações / Instituições da Freguesia**	**1.500,00 €**	**-**
02022503	Projetos Desportivos	18.000,00 €	-
0202250301	**Desporto Senior**	**9.000,00 €**	**-**
0202250303	**Regata**	**1.500,00 €**	**-**
0202250304	**Secção de Desporto Adaptado**	**3.000,00 €**	**-**
0202250305	**Freguesia em Movimento**	**1.000,00 €**	**-**
0202250306	**Encontro entre Associações**	**500,00 €**	**-**
0202250307	**Feira do Associativismo**	**2.000,00 €**	**-**
0202250399	**Outros Projetos**	**1.000,00 €**	**-**
02022504	Projetos Educacionais	19.000,00 €	-
0202250401	**Apoio a actividades escolares**	**1.000,00 €**	**-**

01 - Administração Local

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
0202250402	**Passeio do 4º ano**	**5.000,00 €**	**-**
0202250403	**Dia da Criança**	**1.500,00 €**	**-**
0202250404	**Festa de Carnaval**	**1.500,00 €**	**-**
0202250405	**Comemoração do Dia da Àgua**	**1.000,00 €**	**-**
0202250406	**Natal nas Escolas**	**7.000,00 €**	**-**
0202250407	**Visita à Assembleia da Republica**	**500,00 €**	**-**
0202250499	**Projetos Diversos**	**1.500,00 €**	**-**
02022599	**Outros**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 02			**404.505,40 €**
03	Juros e outros encargos	100,00 €	-
0306	Outros encargos financeiros	100,00 €	-
030601	**Outros encargos financeiros**	**100,00 €**	**-**
Total Rubrica 03			**100,00 €**
04	Transferências correntes	181.952,00 €	-
0405	Administração local	10.432,00 €	-
040501	Continente	10.432,00 €	-
04050105	**Associações de freguesias**	**2.422,00 €**	**-**
04050108	Outros	8.010,00 €	-
0405010801	**Escolas EB1 da Freguesia**	**8.000,00 €**	**-**
0405010899	**Outras**	**10,00 €**	**-**
0407	Instituições sem fins lucrativos	171.520,00 €	-
040701	Instituições sem fins lucrativos	171.520,00 €	-
04070101	**Instituições Sociais da Freguesia**	**18.500,00 €**	**-**
04070102	**Instituições Culturais e Recreativas**	**16.000,00 €**	**-**
04070103	**Associações de Jovens**	**2.000,00 €**	**-**
04070104	**Instituições desportivas**	**15.000,00 €**	**-**
04070105	**Apoio - Agência Desenv. Integrado Lordelo do Ouro**	**10,00 €**	**-**
04070107	**Fundo de Apoio ao Associativismo**	**120.000,00 €**	**-**
04070199	**Outras Instituições**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 04			**181.952,00 €**
05	Subsídios	47.944,00 €	-
0508	Famílias	47.944,00 €	-
050801	**Programa "ATL para todos"**	**16.000,00 €**	**-**
050803	Outras - CEI e CEI +/ IEFP	31.944,00 €	-
05080301	**CEI e CEI +/ IEFP**	**18.444,00 €**	**-**

01 - Administração Local

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
05080302	**Programa "Jovens com futuro"**	**13.500,00 €**	**-**
Total Rubrica 05			**47.944,00 €**
06	Outras despesas correntes	150.010,00 €	-
0602	Diversas	150.010,00 €	-
060203	Outras	150.010,00 €	-
06020305	Outras	150.010,00 €	-
0602030501	**Compensação Mesas de Voto**	**10,00 €**	**-**
0602030502	**Orçamento Colaborativo**	**150.000,00 €**	**-**
Total Rubrica 06			**150.010,00 €**
Total Correntes Órgão			**927.358,78 €**

DESPESAS DE CAPITAL

07	Aquisição de bens de capital	13.530,00 €	-
0701	Investimentos	13.530,00 €	-
070103	Edifícios	2.020,00 €	-
07010301	Instalações de serviços	2.000,00 €	-
0701030101	**Edifício de Massarelos**	**250,00 €**	**-**
0701030102	**Edifício Centro Social da Arrábida**	**250,00 €**	**-**
0701030104	**Edifício de Lordelo**	**250,00 €**	**-**
0701030105	**Edificio da Rua Diogo Botelho, nº.75**	**250,00 €**	**-**
0701030199	**Outras**	**1.000,00 €**	**-**
07010302	Instalações desportivas e recreativas	20,00 €	-
0701030201	**Equipamento Pinheiro Torres**	**10,00 €**	**-**
0701030202	**Equipamento Bairro do Campo Alegre**	**10,00 €**	**-**
070104	Construções diversas	500,00 €	-
07010412	**Cemitérios**	**500,00 €**	**-**
070106	Material de transporte	10,00 €	-
07010602	**Material Transporte**	**10,00 €**	**-**
070107	**Equipamento de informática**	**1.000,00 €**	**-**
070108	**Software informático**	**9.000,00 €**	**-**
070109	**Equipamento administrativo**	**1.000,00 €**	**-**
Total Rubrica 07			**13.530,00 €**
Total Capital Órgão			**13.530,00 €**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Inicial de Despesa
2026

TRANSPORTADO: 940.888,78 €

01 - Administração Local

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo

Total Órgão - 01 - Administração Local **940.888,78 €**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

Orçamento Inicial de Despesa
2026

02 - Serviços Administrativos

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	355.359,94 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	266.363,36 €	-
010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	150.183,02 €	-
01010301	**Pessoal em funções**	**143.346,06 €**	**-**
01010302	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**6.336,96 €**	**-**
01010303	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**500,00 €**	**-**
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	50.881,68 €	-
01010401	**Pessoal em funções**	**47.203,20 €**	**-**
01010402	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**3.168,48 €**	**-**
01010403	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**500,00 €**	**-**
01010404	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**	**-**
010106	Pessoal contratado a termo	7.852,40 €	-
01010601	**Pessoal em funções**	**7.832,40 €**	**-**
01010602	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
01010604	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**	**-**
010112	**Suplementos e prémios**	**10,00 €**	**-**
010113	**Subsidio de refeição**	**21.714,00 €**	**-**
010114	**Subsídio de férias e de Natal**	**35.722,26 €**	**-**
0102	Abonos variáveis ou eventuais	17.938,52 €	-
010202	**Horas extraordinárias**	**3.750,00 €**	**-**
010205	**Abono para falhas**	**7.593,52 €**	**-**
010206	**Formação**	**6.585,00 €**	**-**
010212	**Indemnizações por cessação de funções**	**10,00 €**	**-**
0103	Segurança social	71.058,06 €	-
010301	Encargos com a saúde	3.890,64 €	-
01030101	**Serviço Nacional da Saúde**	**3.890,64 €**	**-**
010303	**Abono familia**	**10,00 €**	**-**
010305	Contribuições para a segurança social	60.572,42 €	-
01030501	**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**	**-**
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	60.562,42 €	-
0103050201	**Caixa Geral de Aposentações**	**43.780,48 €**	**-**
0103050202	**Segurança social - Regime geral**	**16.781,94 €**	**-**
010309	Seguros	6.585,00 €	-
01030901	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**6.585,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**355.359,94 €**

02 - Serviços Administrativos

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
02	Aquisição de bens e serviços	42.410,00 €	-
0201	Aquisição de bens	18.700,00 €	-
020104	**Limpeza e higiene**	**2.000,00 €**	**-**
020105	**Alimentação - Refeições confeccionadas**	**2.000,00 €**	**-**
020107	**Vestuário e artigos pessoais**	**500,00 €**	**-**
020108	**Material de escritório**	**10.000,00 €**	**-**
020111	**Material de consumo clínico**	**200,00 €**	**-**
020117	**Ferramentas e utensílios**	**1.500,00 €**	**-**
020121	**Outros bens**	**2.500,00 €**	**-**
0202	Aquisição de serviços	23.710,00 €	-
020201	Encargos das instalações	13.000,00 €	-
02020101	**Serviços da Autarquia**	**13.000,00 €**	**-**
020203	Conservação de bens	1.500,00 €	-
02020304	**Reparações Gerais**	**1.500,00 €**	**-**
020208	**Locação de outros bens**	**10,00 €**	**-**
020209	Comunicações	7.000,00 €	-
02020901	**Telefones Móveis e Fixos**	**5.500,00 €**	**-**
02020902	**Correio**	**1.500,00 €**	**-**
020210	Transportes	100,00 €	-
02021001	**Passes e Senhas**	**100,00 €**	**-**
020215	**Formação**	**500,00 €**	**-**
020219	Assistência técnica	500,00 €	-
02021901	**Contrato de Assistência Técnica e Manutenção**	**500,00 €**	**-**
020220	Outros trabalhos especializados	1.000,00 €	-
02022099	**Outros**	**1.000,00 €**	**-**
020222	**Serviços de saúde**	**100,00 €**	**-**
Total Rubrica 02			**42.410,00 €**
06	Outras despesas correntes	1.750,00 €	-
0602	Diversas	1.750,00 €	-
060203	Outras	1.750,00 €	-
06020304	**Serviços bancários**	**1.750,00 €**	**-**
Total Rubrica 06			**1.750,00 €**
Total Correntes Órgão			**399.519,94 €**
Total Órgão - 02 - Serviços Administrativos			**399.519,94 €**

04 - Cemitério

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	83.761,20 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	64.041,10 €	-
010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	25.648,60 €	-
01010301	**Pessoal em funções**	**23.964,36 €**	**-**
01010302	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1.584,24 €**	**-**
01010303	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**100,00 €**	**-**
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	12.145,16 €	-
01010401	**Pessoal em funções**	**10.540,92 €**	**-**
01010402	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1.584,24 €**	**-**
01010403	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
01010404	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**	**-**
010106	Pessoal contratado a termo	10.560,92 €	-
01010601	**Pessoal em funções**	**10.540,92 €**	**-**
01010602	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
01010604	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**	**-**
010112	**Suplementos e prémios**	**2.634,72 €**	**-**
010113	**Subsidio de refeição**	**5.544,00 €**	**-**
010114	**Subsídio de férias e de Natal**	**7.507,70 €**	**-**
0102	Abonos variáveis ou eventuais	3.012,00 €	-
010202	**Horas extraordinárias**	**1.500,00 €**	**-**
010206	**Formação**	**1.502,00 €**	**-**
010212	**Indemnizações por cessação de funções**	**10,00 €**	**-**
0103	Segurança social	16.708,10 €	-
010301	Encargos com a saúde	1.296,88 €	-
01030101	**Serviço Nacional da Saúde**	**1.296,88 €**	**-**
010302	Outros encargos com a saúde	10,00 €	-
01030202	**Outros**	**10,00 €**	**-**
010303	**Abono familia**	**180,15 €**	**-**
010305	Contribuições para a segurança social	13.719,07 €	-
01030501	**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**	**-**
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	13.709,07 €	-
0103050201	**Caixa Geral de Aposentações**	**7.253,88 €**	**-**
0103050202	**Segurança social - Regime geral**	**6.455,19 €**	**-**
010309	Seguros	1.502,00 €	-
01030901	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**1.502,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**83.761,20 €**

TRANSPORTADO: 83.761,20 €

04 - Cemitério

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
02	Aquisição de bens e serviços	12.100,00 €	-
0201	Aquisição de bens	4.500,00 €	-
020104	**Limpeza e higiene**	**2.000,00 €**	**-**
020107	**Vestuário e artigos pessoais**	**500,00 €**	**-**
020117	**Ferramentas e utensílios**	**1.000,00 €**	**-**
020121	**Outros bens**	**1.000,00 €**	**-**
0202	Aquisição de serviços	7.600,00 €	-
020201	Encargos das instalações	5.500,00 €	-
02020101	**Serviços da Autarquia**	**5.500,00 €**	**-**
020203	Conservação de bens	400,00 €	-
02020304	**Reparações Gerais**	**400,00 €**	**-**
020209	Comunicações	500,00 €	-
02020901	**Telefones Móveis e Fixos**	**500,00 €**	**-**
020220	Outros trabalhos especializados	1.000,00 €	-
02022099	**Outros**	**1.000,00 €**	**-**
020222	**Serviços de saúde**	**200,00 €**	**-**
Total Rubrica 02			**12.100,00 €**
Total Correntes Órgão			**95.861,20 €**
Total Órgão - 04 - Cemitério			**95.861,20 €**

05 - Centro Social da Arrábida

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	99.859,55 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	77.281,20 €	-
010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	38.189,32 €	-
01010301	**Pessoal em funções**	**35.712,96 €**	**-**
01010302	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**2.376,36 €**	**-**
01010303	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**100,00 €**	**-**
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	30,00 €	-
01010401	**Pessoal em funções**	**0,00 €**	**-**
01010402	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
01010403	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
01010404	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**	**-**
010106	Pessoal contratado a termo	22.666,08 €	-
01010601	**Pessoal em funções**	**21.081,84 €**	**-**
01010602	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1.574,24 €**	**-**
01010604	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**	**10,00 €**	**-**
010113	**Subsidio de refeição**	**6.930,00 €**	**-**
010114	**Subsídio de férias e de Natal**	**9.465,80 €**	**-**
0102	Abonos variáveis ou eventuais	2.010,00 €	-
010202	**Horas extraordinárias**	**1.500,00 €**	**-**
010206	**Formação**	**500,00 €**	**-**
010212	**Indemnizações por cessação de funções**	**10,00 €**	**-**
0103	Segurança social	20.568,35 €	-
010301	Encargos com a saúde	1.621,10 €	-
01030101	**Serviço Nacional da Saúde**	**1.621,10 €**	**-**
010303	**Abono familia**	**10,00 €**	**-**
010305	Contribuições para a segurança social	17.065,25 €	-
01030501	**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**	**-**
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	17.055,25 €	-
0103050201	**Caixa Geral de Aposentações**	**10.683,56 €**	**-**
0103050202	**Segurança social - Regime geral**	**6.371,69 €**	**-**
010309	Seguros	1.872,00 €	-
01030901	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**1.872,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**99.859,55 €**
02	Aquisição de bens e serviços	76.150,92 €	-
0201	Aquisição de bens	63.850,00 €	-

05 - Centro Social da Arrábida

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
020102	Combustíveis e lubrificantes	3.500,00 €	-
02010202	**Gasóleo**	**500,00 €**	**-**
02010299	Outros	3.000,00 €	-
0201029901	**Gás**	**3.000,00 €**	**-**
020104	**Limpeza e higiene**	**2.500,00 €**	**-**
020105	**Alimentação - Refeições confeccionadas**	**10.500,00 €**	**-**
020106	**Alimentação - Géneros para confeccionar**	**45.000,00 €**	**-**
020107	**Vestuário e artigos pessoais**	**500,00 €**	**-**
020111	**Material de consumo clínico**	**150,00 €**	**-**
020117	**Ferramentas e utensílios**	**700,00 €**	**-**
020121	**Outros bens**	**1.000,00 €**	**-**
0202	Aquisição de serviços	12.300,92 €	-
020201	Encargos das instalações	4.500,00 €	-
02020101	**Serviços da Autarquia**	**4.500,00 €**	**-**
020203	Conservação de bens	1.000,00 €	-
02020304	**Reparações Gerais**	**1.000,00 €**	**-**
020209	Comunicações	500,00 €	-
02020901	**Telefones Móveis e Fixos**	**500,00 €**	**-**
020219	Assistência técnica	2.500,00 €	-
02021901	**Contrato de Assistência Técnica e Manutenção**	**2.500,00 €**	**-**
020220	Outros trabalhos especializados	3.000,00 €	-
02022011	**Animação Sociocultural**	**3.000,00 €**	**-**
020222	**Serviços de saúde**	**800,92 €**	**-**
Total Rubrica 02			**76.150,92 €**
Total Correntes Órgão			**176.010,47 €**

DESPESAS DE CAPITAL

07	Aquisição de bens de capital	1.000,00 €	-
0701	Investimentos	1.000,00 €	-
070110	Equipamento básico	1.000,00 €	-
07011002	**Outro**	**1.000,00 €**	**-**
Total Rubrica 07			**1.000,00 €**
Total Capital Órgão			**1.000,00 €**
Total Órgão - 05 - Centro Social da Arrábida			**177.010,47 €**

07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	71.709,01 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	56.089,24 €	-
010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	45.928,24 €	-
01010301	**Pessoal em funções**	**44.334,00 €**	**-**
01010302	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**1.584,24 €**	**-**
01010303	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
010113	**Subsidio de refeição**	**2.772,00 €**	**-**
010114	**Subsídio de férias e de Natal**	**7.389,00 €**	**-**
0102	Abonos variáveis ou eventuais	1.949,20 €	-
010202	**Horas extraordinárias**	**500,00 €**	**-**
010205	**Abono para falhas**	**949,20 €**	**-**
010206	**Formação**	**500,00 €**	**-**
0103	Segurança social	13.670,57 €	-
010301	Encargos com a saúde	648,44 €	-
01030101	**Serviço Nacional da Saúde**	**648,44 €**	**-**
010305	Contribuições para a segurança social	12.522,13 €	-
01030501	**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**	**-**
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	12.512,13 €	-
0103050201	**Caixa Geral de Aposentações**	**12.512,13 €**	**-**
010309	Seguros	500,00 €	-
01030901	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**500,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**71.709,01 €**
02	Aquisição de bens e serviços	2.000,00 €	-
0201	Aquisição de bens	600,00 €	-
020104	**Limpeza e higiene**	**200,00 €**	**-**
020108	**Material de escritório**	**300,00 €**	**-**
020121	**Outros bens**	**100,00 €**	**-**
0202	Aquisição de serviços	1.400,00 €	-
020201	Encargos das instalações	500,00 €	-
02020101	**Serviços da Autarquia**	**500,00 €**	**-**
020203	Conservação de bens	100,00 €	-
02020304	**Reparações Gerais**	**100,00 €**	**-**
020209	Comunicações	700,00 €	-
02020901	**Telefones Móveis e Fixos**	**700,00 €**	**-**
020222	**Serviços de saúde**	**100,00 €**	**-**

07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
Total Rubrica 02			**2.000,00 €**
06	Outras despesas correntes	10,00 €	-
0602	Diversas	10,00 €	-
060203	Outras	10,00 €	-
06020301	Outras restituições	10,00 €	-
0602030101	**IVA**	**10,00 €**	**-**
Total Rubrica 06			**10,00 €**
Total Correntes Órgão			**73.719,01 €**
Total Órgão - 07 - Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT			**73.719,01 €**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS
510837590
Rua de Serralves, nº.10
4150-701 Porto

08 - Centro de Convívio de Massarelos

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
	DESPESAS CORRENTES		
01	Despesas com o pessoal	19.840,07 €	-
0101	Remunerações certas e permanentes	15.188,00 €	-
010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	30,00 €	-
01010301	**Pessoal em funções**	**10,00 €**	**-**
01010302	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
01010303	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	11.919,16 €	-
01010401	**Pessoal em funções**	**11.117,04 €**	**-**
01010402	**Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório**	**792,12 €**	**-**
01010403	**Alterações facultativas de posicionamento remuneratório**	**10,00 €**	**-**
010113	**Subsidio de refeição**	**1.386,00 €**	**-**
010114	**Subsídio de férias e de Natal**	**1.852,84 €**	**-**
0102	Abonos variáveis ou eventuais	625,00 €	-
010202	**Horas extraordinárias**	**250,00 €**	**-**
010205	**Abono para falhas**	**10,00 €**	**-**
010206	**Formação**	**365,00 €**	**-**
0103	Segurança social	4.027,07 €	-
010301	Encargos com a saúde	324,22 €	-
01030101	**Serviço Nacional da Saúde**	**324,22 €**	**-**
010305	Contribuições para a segurança social	3.337,85 €	-
01030501	**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**	**10,00 €**	**-**
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	3.327,85 €	-
0103050201	**Caixa Geral de Aposentações**	**0,00 €**	**-**
0103050202	**Segurança social - Regime geral**	**3.327,85 €**	**-**
010309	Seguros	365,00 €	-
01030901	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**365,00 €**	**-**
Total Rubrica 01			**19.840,07 €**
02	Aquisição de bens e serviços	13.960,00 €	-
0201	Aquisição de bens	10.850,00 €	-
020102	Combustíveis e lubrificantes	500,00 €	-
02010299	Outros	500,00 €	-
0201029901	**Gás**	**500,00 €**	**-**
020104	**Limpeza e higiene**	**1.000,00 €**	**-**
020105	**Alimentação - Refeições confeccionadas**	**7.600,00 €**	**-**
020107	**Vestuário e artigos pessoais**	**200,00 €**	**-**

TRANSPORTADO: 29.140,07 €

08 - Centro de Convívio de Massarelos

Class. Econ.	Descrição	Valor	Capítulo
020111	**Material de consumo clínico**	**200,00 €**	**-**
020120	**Material de educação, cultura e recreio**	**500,00 €**	**-**
020121	**Outros bens**	**850,00 €**	**-**
0202	Aquisição de serviços	3.110,00 €	-
020203	Conservação de bens	10,00 €	-
02020304	**Reparações Gerais**	**10,00 €**	**-**
020220	Outros trabalhos especializados	3.000,00 €	-
02022011	**Animação Sociocultural**	**3.000,00 €**	**-**
020222	**Serviços de saúde**	**100,00 €**	**-**
Total Rubrica 02			**13.960,00 €**

Total Correntes Órgão **33.800,07 €**

Total Órgão - 08 - Centro de Convívio de Massarelos **33.800,07 €**

Resumo do Orçamento de Despesa

Despesas Correntes	1.706.269,47 €
Despesas de Capital	14.530,00 €
Despesas não Efetivas	0,00 €
TOTAL (EUR)	**1.720.799,47 €**

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 10 de DEZEMBRO de 2025

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em____de_____de____